

Governo do Estado de Rondônia

Secretaria de Estado de Finanças

Seminário de encerramento do PROFISCO I

27 de novembro de 2018

PALÁCIO
RIO MADEIRA



RONDÔNIA
Governo do Estado

AGENDA DO DIA

01. Indicadores fiscais e Resultados Obtidos

02. PROFISCO I

- a. Profisco em números
- b. Planejamento estratégico
- c. Principais resultados

03. PROFISCO II



AGENDA DO DIA

01. Indicadores fiscais e Resultados Obtidos

02. PROFISCO I

- a. Profisco em números
- b. Planejamento estratégico
- c. Principais resultados

03. PROFISCO II



CAPAG

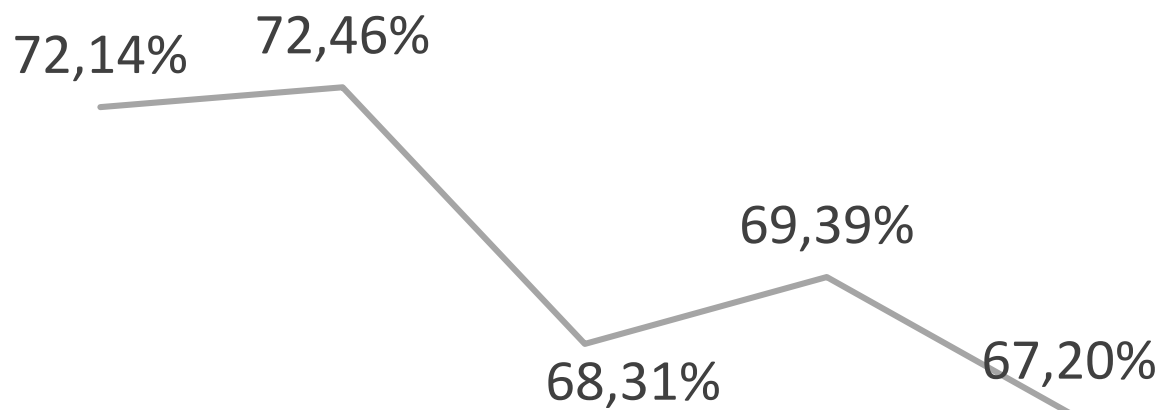
A análise da capacidade de pagamento indica a classificação da situação financeira do pleiteante e tem por finalidade subsidiar a concessão de **aval ou garantia da União** em operação de crédito interna ou externa de interesse dos entes federados.

Indicadores	Parâmetros	Fonte	Rubricas para Cálculo	Faixas	
$DC = \frac{\text{Dívida Consolidada Bruta}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$		Anexo 02 do RGF do último exercício	<ul style="list-style-type: none"> Dívida Consolidada Receita Corrente Líquida 	DC < 60%	A
				60% < DC < 150%	B
				DC > 150%	C
$PC = \frac{\text{Despesas Correntes}}{\text{Receitas Correntes Ajustadas}}$		Anexo I-C e I-D da DCA dos últimos três exercícios (por sugestão, o cálculo será feito por uma média ponderada entre os três últimos exercícios com pesos respectivos de 20%, 30% e 50%)	<ul style="list-style-type: none"> 3.0.00.00.00.00 - Despesas Correntes 1.0.00.00.00.00 – Receitas Correntes 7.0.00.00.00.00 – Receitas Correntes Intraorçamentárias (=)RCA (+) Receitas Correntes (+) RC Intraorçamentárias (-) Deduções de receita para o Fundeb	PC < 90 %	A
				90% < PC < 95 %	B
				PC > 95 %	C
$IL = \frac{\text{Obrigações Financeiras}}{\text{Disponib. de Caixa Bruta}}$		Anexo V do RGF do último exercício	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade de Caixa Bruta Obrigações Financeiras 	IL < 1	A
				IL > 1	C

CAPAG – Endividamento

Dívida Consolidada Bruta/Receita Corrente Líquida

Este indicador tem por objetivo avaliar o grau de solvência do ente, por meio da comparação entre seu estoque de passivos e sua receita. Também é uma das metas do PAF.

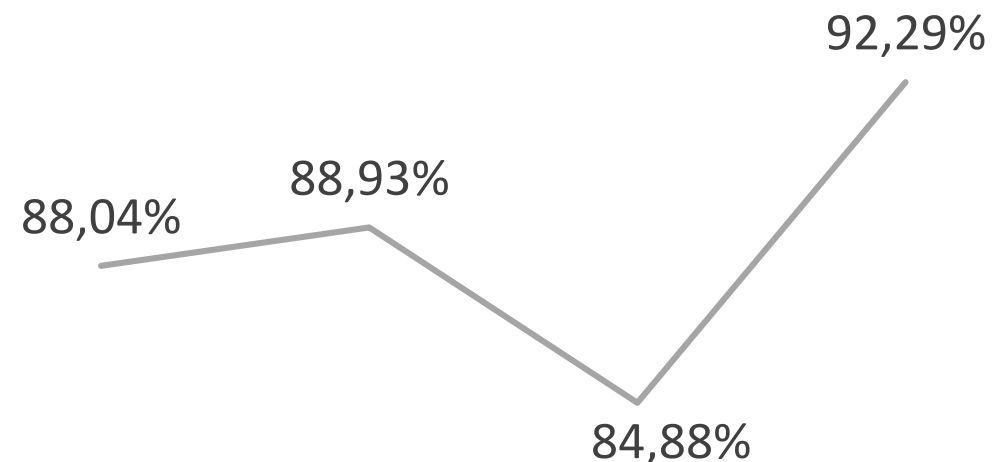


2014 2015 2016 2017 ago/18

CAPAG – Poupança Corrente

Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada

Este indicador procura verificar se o ente está fazendo poupança suficiente para absorver um eventual crescimento de suas despesas correntes acima do crescimento das receitas correntes. Apurado anualmente com a publicação da DCA.

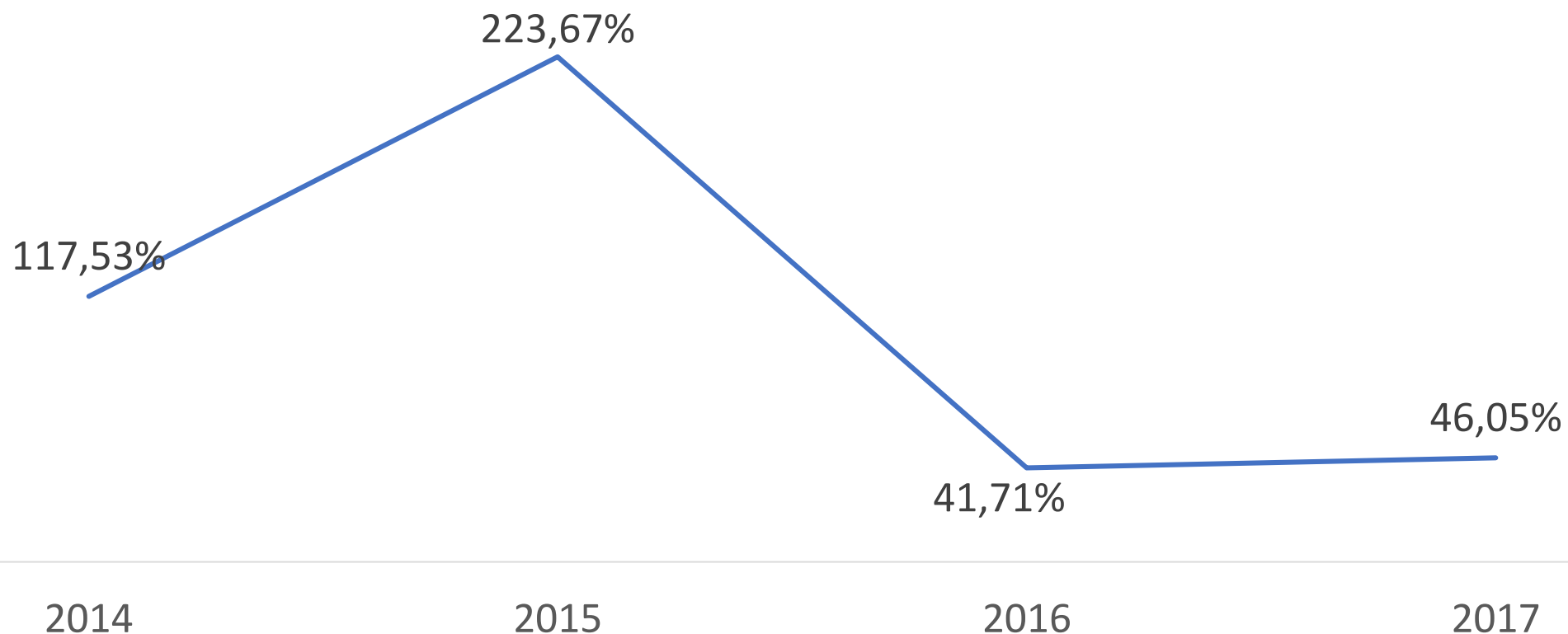


2014 2015 2016 2017

CAPAG – Índice de Liquidez

Obrigações Financeiras/Disponibilidade de Caixa Bruta

Verifica a relação entre o valor das obrigações financeiras já contraídas pelo Estado e o valor disponível em caixa. Quanto menor, melhor o índice.





Classificação fiscal Rondônia: **B**

Endividamento: B

Poupança Corrente: A

Índice de Liquidez: A

Classificação demais Estados:

A: 1

B: 12

C: 11

D: 02

	Endividamento	Poupança Corrente	Índice de Liquidez	CLASSIFICAÇÃO FISCAL
Entes que podem receber garantia da União	A	A	A	A
	B	A	A	B
	C	A	A	
Entes que não podem receber garantia da União	A	C	C	C
	A	A	C	
	A	C	A	
	B	C	C	
	B	A	C	
	B	C	A	
	C	A	C	
	C	C	A	
	C	C	C	
	C	C	C	

Classificação Rondônia

Grau de Comprometimento com Pessoal – Consolidado

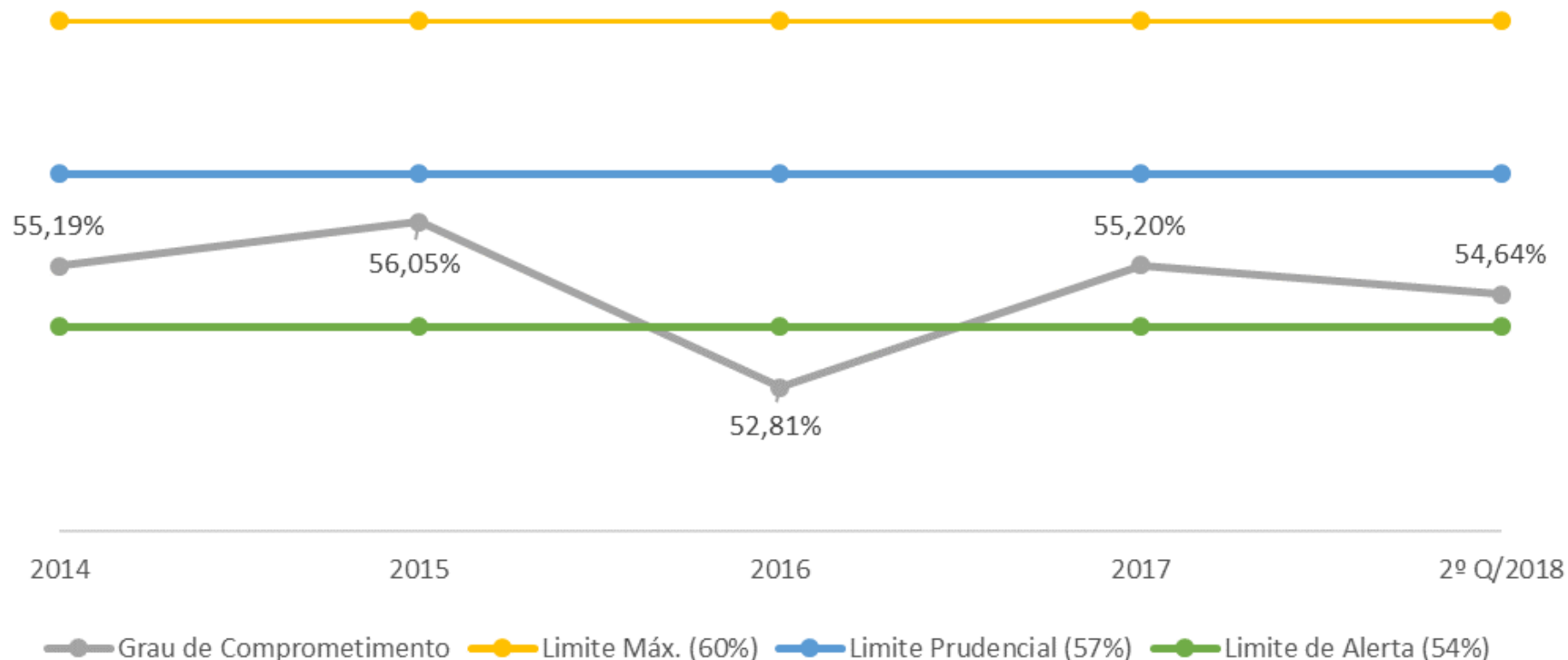
Despesa Total com Pessoal/RCL

Este indicador mede a Despesa com funcionalismo público, ou seja, os gastos com Ativos, Inativos e Pensionistas do Estado, como proporção de Receita Líquida Real. A meta equivale ao valor máximo para este indicador

Limite Máx. (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) Consolidado (60%)

Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) 95% do Máximo

Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) 90% do Máximo



Grau de Comprometimento com Pessoal - Executivo

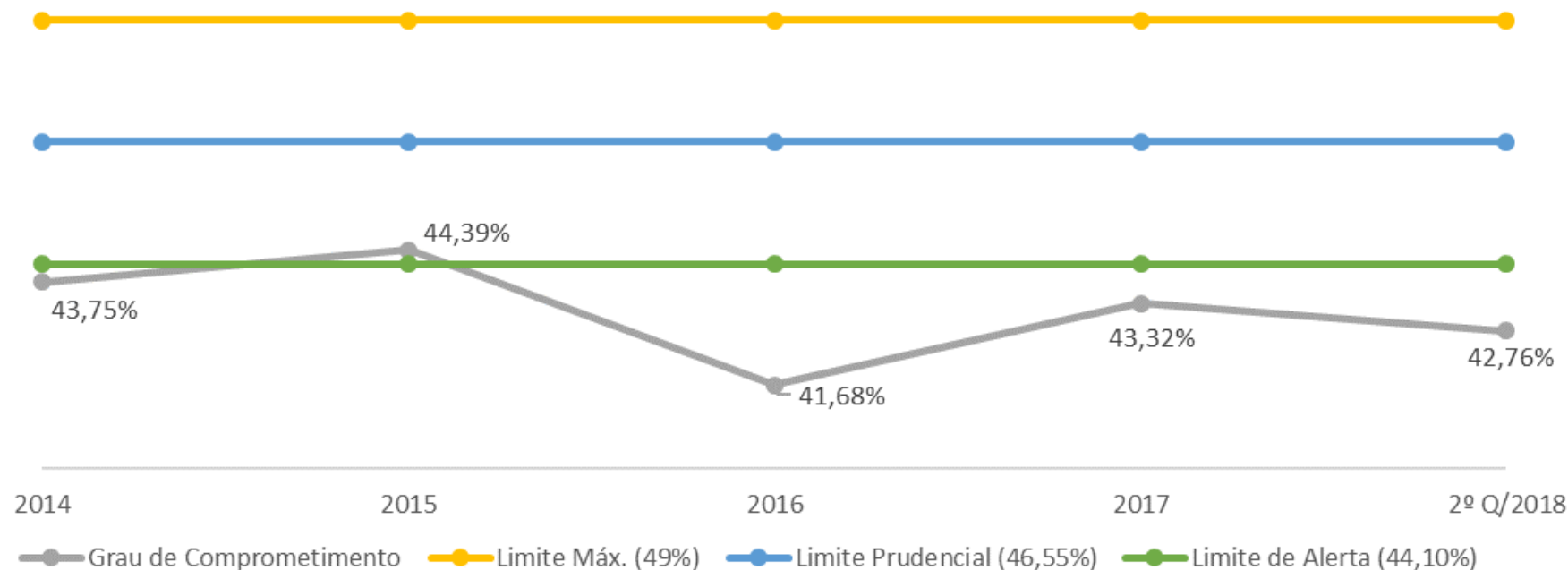
Despesa Total com Pessoal/RCL

Este indicador mede a Despesa com funcionalismo público, ou seja, os gastos com Ativos, Inativos e Pensionistas do Estado, como proporção de Receita Líquida Real. A meta equivale ao valor máximo para este indicador

Limite Máx. (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) Executivo (49%)

Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) 95% do Máximo

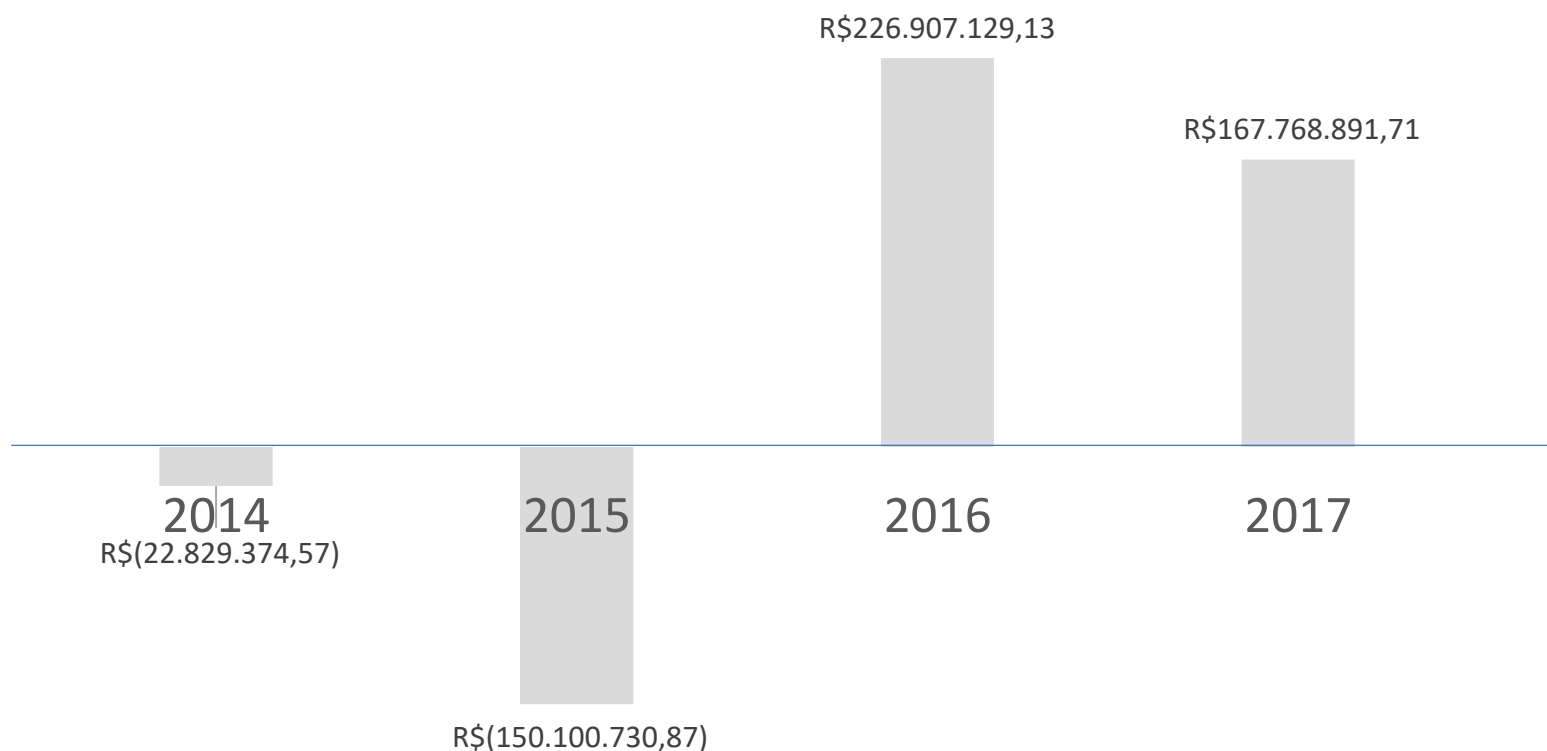
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) 90% do Máximo



Disponibilidade de caixa

Disponibilidade de Caixa de Recursos não Vinculados – Obrigações Financeiras

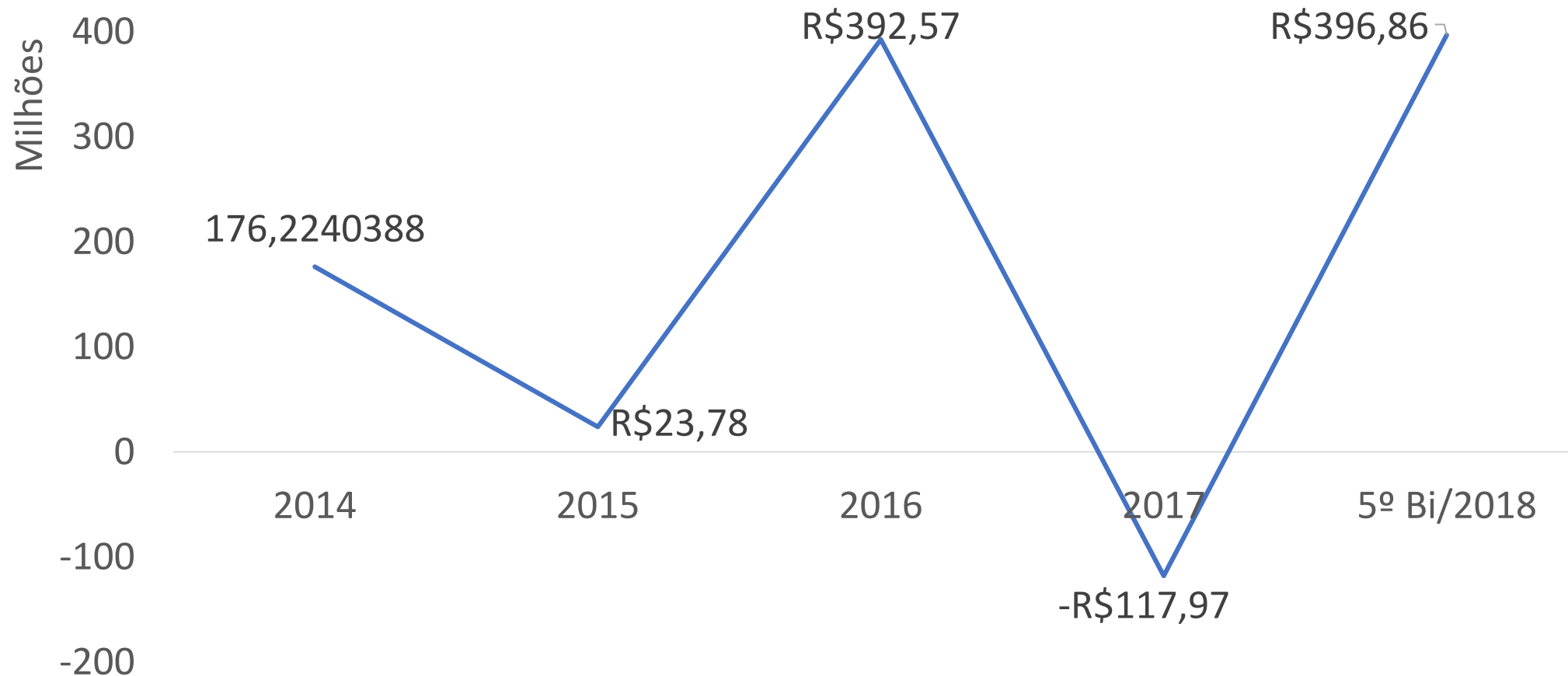
A meta estabelece que a disponibilidade de caixa bruta de recursos não vinculados deve ser maior que as obrigações financeiras.



Resultado Primário

Receitas Primárias – Despesas Primárias

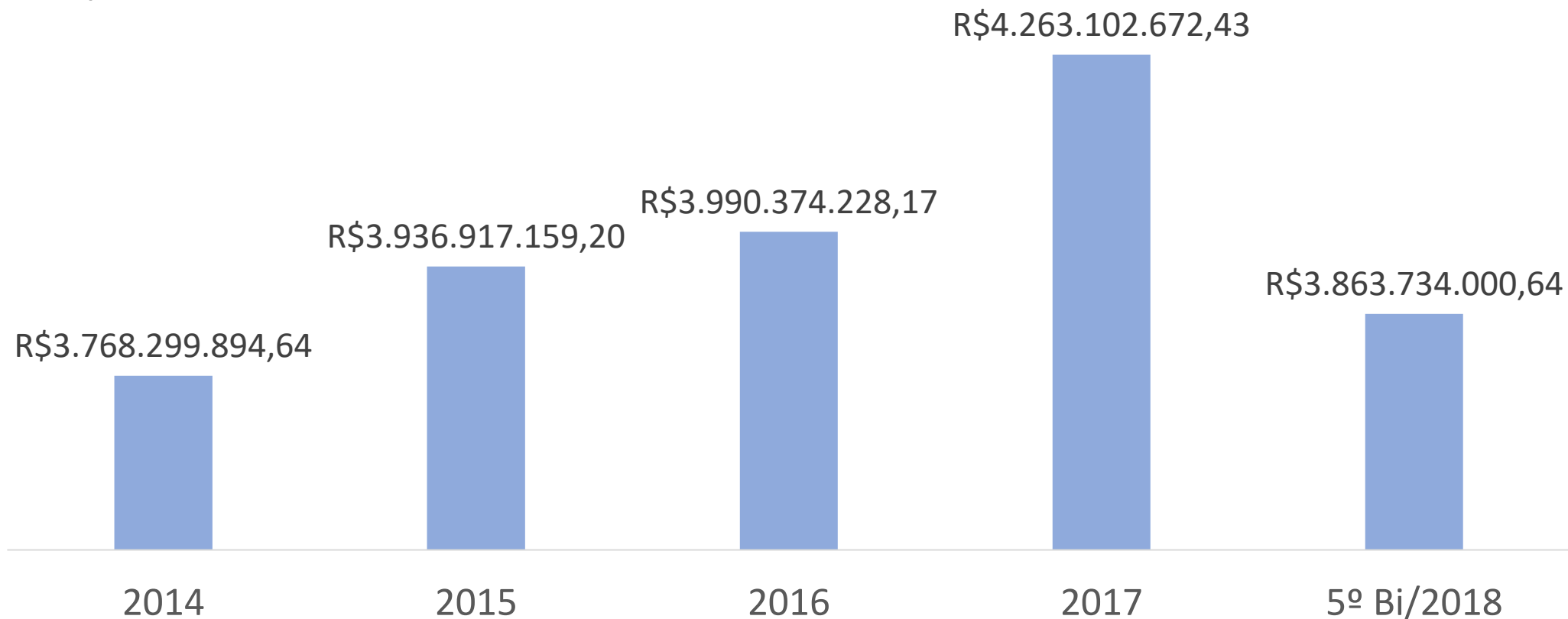
A meta estabelece o resultado primário que o ente se compromete a realizar no exercício



Arrecadação Própria

Receita Corrente – Transferências Correntes - Compensações Previdenciárias – Aplicações Financeiras

O indicador verifica o valor absoluto dos valores arrecadados pelo ente, sem considerar os repasses constitucionais.



Tendo uma análise mais ampla dos indicadores fiscais de Rondônia, conclui-se:



CAPAG B, permitindo novas operações de crédito com garantia da União



Adimplência em relação ao PAF



Pagamento em dia de todos os servidores e fornecedores



Dívida pública controlada

AGENDA DO DIA

01. Indicadores fiscais e Resultados Obtidos

02. PROFISCO I

- a. Profisco em números
- b. Planejamento estratégico
- c. Principais resultados

03. PROFISCO II



Linha de crédito condicional (CCLIP) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao **Estado de Rondônia** denominada Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO), para projetos de melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial dos estados brasileiros.



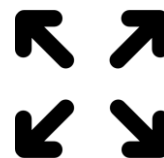
Investimento de
US\$ 6,9 milhões.



18 produtos, sendo
3 obrigatórios.



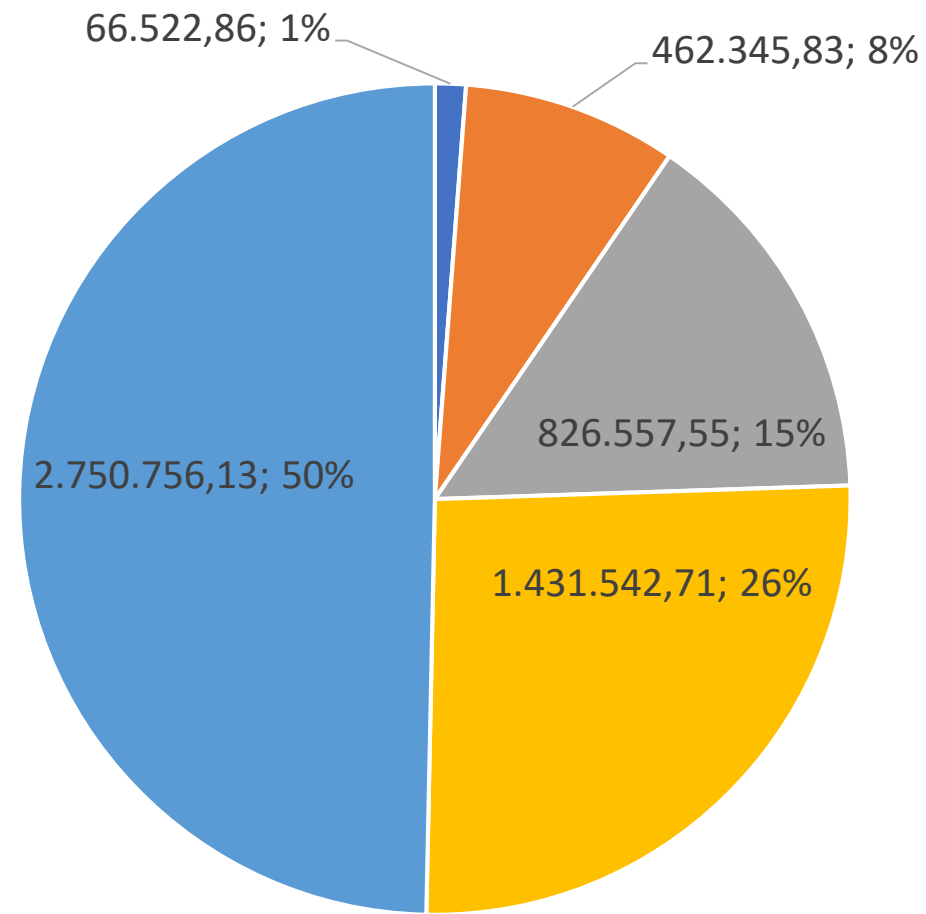
Prazo de execução
de 5 anos.



4 componentes

- I. Integração da gestão fazendária.
- II. Administração tributária e contencioso fiscal.
- III. Administração financeira, patrimonial e controle interno da gestão fiscal.
- IV. Gestão de recursos corporativos.

Maiores Aquisições



AGENDA DO DIA

01. Indicadores fiscais e Resultados Obtidos

02. PROFISCO I

- a. Profisco em números
- b. Planejamento estratégico
- c. Principais resultados

04. PROFISCO II



A stylized map of Brazil is shown in the background, with the state of Rondônia highlighted in a vibrant orange color. The map is divided into several large, overlapping colored regions: a teal region on the left, a light green region at the bottom, and a yellowish-green region on the right. The state of Rondônia is centrally located and highlighted in orange. The text 'SEFIN 2020' is prominently displayed in white on a dark orange horizontal bar that spans across the middle of the map.

SEFIN 2020

**Planejamento Estratégico Centrado no Equilíbrio e
Sustentabilidade Fiscal do Estado de Rondônia**

Agenda

1

Visão Geral do
Projeto

2

Elementos da
Reflexão e
Formulação

3

Desdobramento
da Estratégia

4

Governança da
Estratégia

Agenda

1

Visão Geral do
Projeto

2

Elementos da
Reflexão e
Formulação

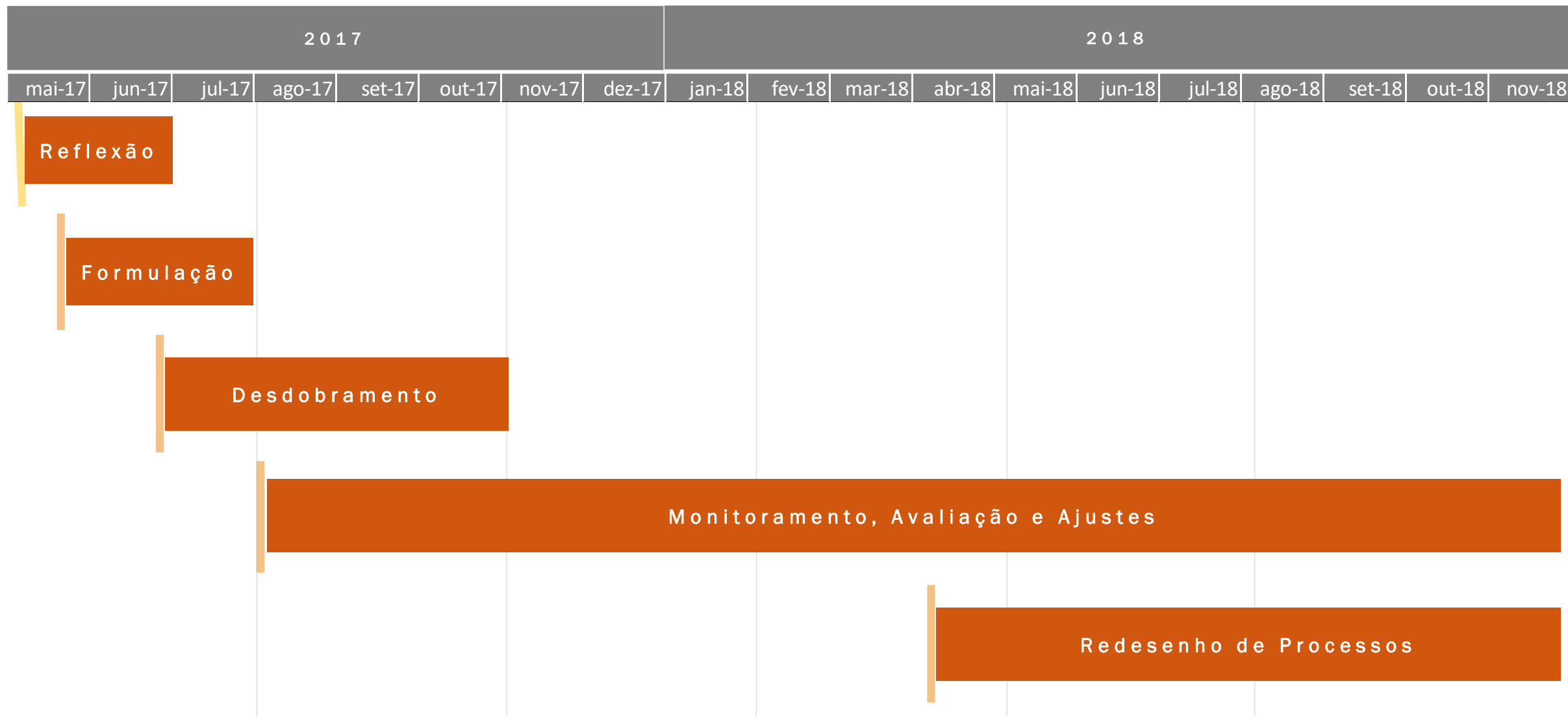
3

Desdobramento
da Estratégia

4

Governança da
Estratégia

Cronograma Geral

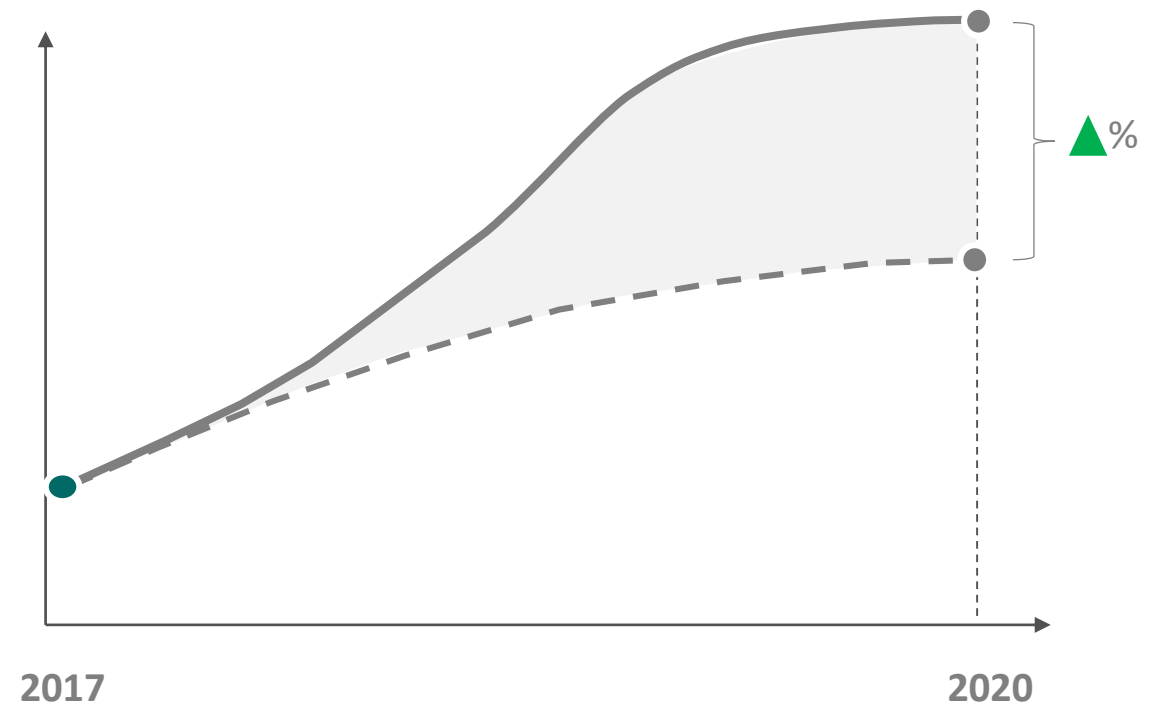


Não QUEREMOS



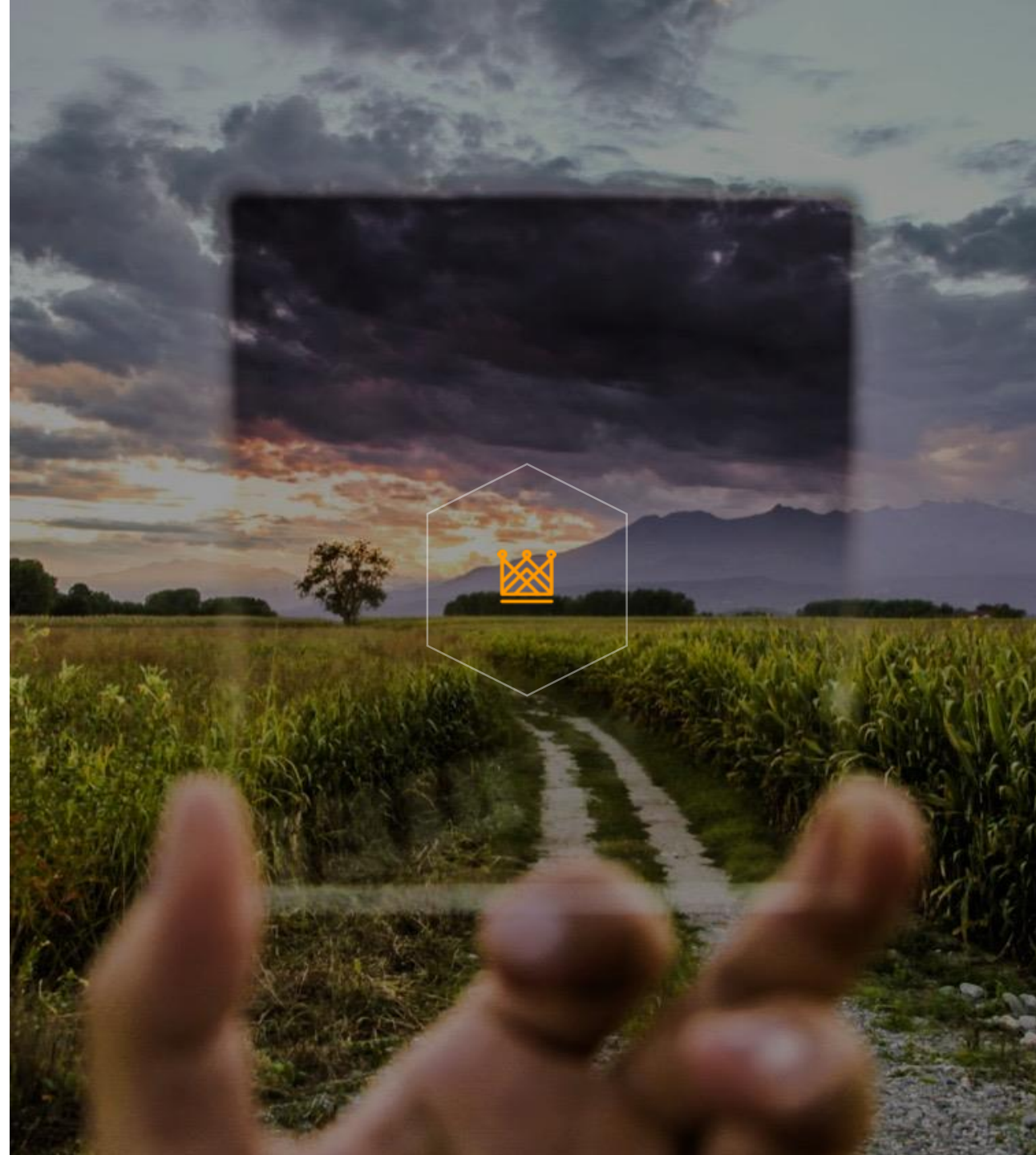
QUEREMOS

RESULTADO



QUAL O PROBLEMA A SER RESOLVIDO?

- Constante mudança de prioridades
- Metas não definidas ou definidas de forma inadequada
- Projetos não formalizados (e pouco gerenciados)
- Inexistência de monitoramento e avaliação de resultados
- Baixa efetividade da gestão financeira do controle do gasto público
- Baixa eficiência (e controle) da:
 - Cobrança administrativa
 - Ação fiscal
 - Litígios tributários



Agenda

1

Visão Geral do
Projeto

2

Elementos da
Reflexão e
Formulação

3

Desdobramento
da Estratégia

4

Governança da
Estratégia



principais elementos



CADEIA DE
VALOR



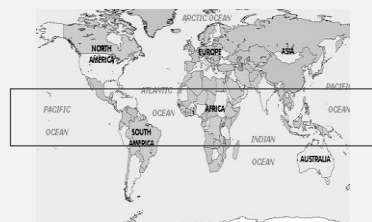
MD-GEFIS



ENGAJAMENTO

CADEIA DE VALOR

Avaliar como as atividades da Secretaria se se interligam para gerar valor



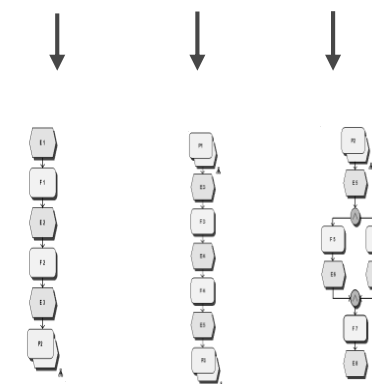
CADEIA DE VALOR



PROCESSOS



ATIVIDADES



GESTÃO DAS POLÍTICAS TRIBUTÁRIAS

REALIZAR ESTUDOS ECONÔMICOS-TRIBUTÁRIOS

CONCEDER REGIMES ESPECIAIS E BENEFÍCIOS FISCAIS

GERIR INCENTIVOS TRIBUTÁRIOS

GESTÃO DO CREDITO TRIBUTÁRIO

GERIR A ARRECADAÇÃO

CONTROLAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

GERIR CRÉDITOS DO IPVA E DO ITCD

REALIZAR A COBRANÇA ADMINISTRATIVA

SUBSIDIAR A INSCRIÇÃO E A COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA

ATUAR NA GARANTIA DO CRÉDITO

GERIR MANDADOS

GERIR RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO

GERIR CADASTROS TRIBUTÁRIOS

PRESTAR ORIENTAÇÃO E ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

FISCALIZAÇÃO E COMBATE A ILÍCITOS

REALIZAR O MONITORAMENTO E A SELEÇÃO DE CONTRIBUENTES

PROMOVER A AUTOREGULARIZAÇÃO

DISTRIBUIR, EXECUTAR E AVALIAR AS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

CONTROLAR MERCADORIAS EM TRÂNSITO

REALIZAR A VIGILÂNCIA E REPRESSÃO

PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE LITÍGIOS TRIBUTÁRIO

FORMULAR ATOS INTERPRETATIVOS E NORMATIVOS

JULGAR RECURSOS ADMINISTRATIVOS EM 1ª INSTÂNCIA

JULGAR RECURSOS ADMINISTRATIVOS EM 2ª INSTÂNCIA



GARANTIR A CERTEZA E LIQUIDEZ DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO CONSTITUÍDO

PLANEJAMENTO FISCAL

SUBSIDIAR A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

CONTRIBUIR PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICA DE GASTOS SETORIAIS

GESTÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

GERIR A DÍVIDA PÚBLICA

REALIZAR A LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO DAS EMPRESAS PÚBLICAS

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

REALIZAR A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

GERIR A CONTA ÚNICA

GERIR AS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

CONTABILIDADE E GESTÃO DAS INFORMAÇÕES FISCAIS

ESTABELECEER NORMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA

COORDENAR A EXECUÇÃO DA CONTABILIDADE PÚBLICA

CONSOLIDAR E DIVULGAR INFORMAÇÕES E RELATÓRIOS CONTÁBEIS, ORÇAMENTÁRIOS, FISCAIS E A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

GERIR PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL



CONTROLE DAS CONTAS PÚBLICAS COM FOCO NA QUALIDADE DA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E CONTROLE INSTITUCIONAL

GERIR A ESTRATÉGIA E O DESEMPENHO ORGANIZACIONAL

GERIR PORTFÓLIO E PROJETOS

REALIZAR A GESTÃO DE PROCESSOS

GERIR RISCOS INSTITUCIONAIS

PROMOVER A ÉTICA E A DISCIPLINA FUNCIONAL

GESTÃO DE PESSOAS

RECRUTAR E SELECIONAR PESSOAS

CAPACITAR E DESENVOLVER PESSOAS

GERIR DESEMPENHO

GERIR PROVIMENTO, MOBILIDADE E DESLIGAMENTO DE PESSOAS

GERIR CONTROLE FUNCIONAL

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

ELABORAR PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

GERIR EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

REALIZAR GESTÃO CONTÁBIL DA SEFIN

GESTÃO DE TIC

REALIZAR O PLANEJAMENTO E A GOVERNANÇA DE TIC

DESENVOLVER, ADQUIRIR E IMPLANTAR SOLUÇÕES DE TIC

MANTER E SUPOORTAR SOLUÇÕES DE TIC

GERIR PRESTADORES DE SERVIÇOS E FORNECEDORES DE TIC

GERIR SEGURANÇA DE TI

GESTÃO DE MATERIAIS E LOGÍSTICA

GERIR MATERIAIS E SERVIÇOS

GERIR IMÓVEIS E OBRAS

REALIZAR GESTÃO DOCUMENTAL

Novos Processos
Processo Crítico

DESAFIOS INTERNOS

Pontos FORTES e FRACOS de cada processo

DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DO AMBIENTE INTERNO – POLÍTICA TRIBUTÁRIA E GESTÃO DO CRÉDITO

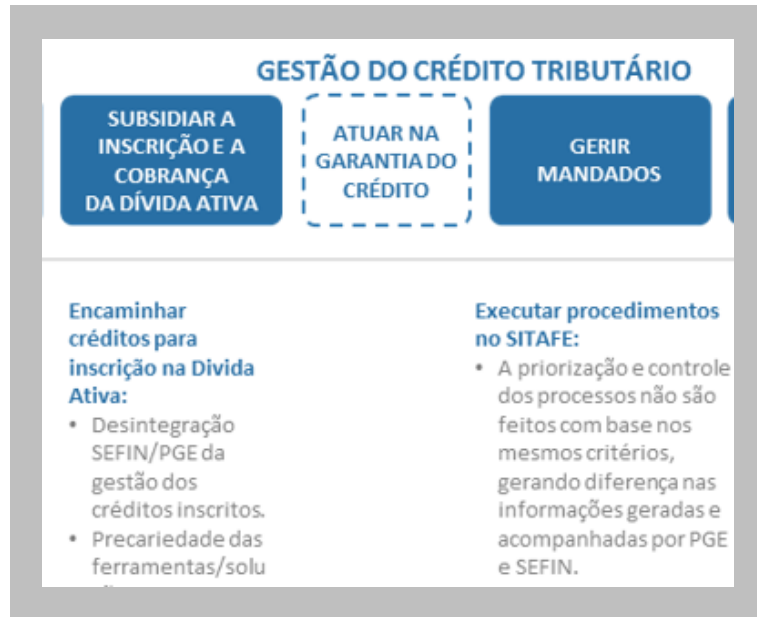
ANÁLISE DA CADEIA DE VALOR



GESTÃO DAS POLÍTICAS TRIBUTÁRIAS



GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO



PONTOS FRACOS

PONTOS FORTES

IDEIAS

<p>Elaborar pesquisas e relatórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não há equipe; As informações não são consolidadas, exigindo extrações e adequações; Pressão nos prazos- Os solicitantes não compreendem a complexidade do levantamento de informações; Informação não padronizada, gerando inconsistências nos dados agregados; Baixo conhecimento sobre o SPED dificultando a obtenção dos dados e construção das tabelas para produção dos estudos. <p>Prestar atendimento e assessoria</p> <ul style="list-style-type: none"> Equipe insuficiente Demora no atendimento de algumas demandas, a depender do volume de solicitações e complexidade dos dados a serem analisados 	<p>Receber, analisar e conceder regime especial:</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de equipe alocada no processo, impactando o tempo e a qualidade e profundidade da análise. 	<p>Analisar a carta consulta e a regularidade fiscal:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não identificado. <p>Apoio ao contribuinte e à formulação de políticas de desenv. Econômico:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não há um canal de informação centralizado sobre a legislação tributária e dos incentivos aos demandantes (incentivadas) 	<p>Controlar a Arrecadação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não identificado. <p>Gerir Documentos de Arrecadação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Há um grande volume de DARE avulsos (transporte, produtos primários, denúncias espontâneas, etc.). <p>Gerir a rede arrecadadora:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não identificado. 	<p>Gerir SPED:</p> <ul style="list-style-type: none"> Falhas no processamento Qualidade da Informação <p>documentos fiscais eletrônicos (NFe, NFCe, Cte e MDFe):</p> <ul style="list-style-type: none"> Controle manual do arquivos recebidos Disponibilizar de forma mais eficaz as informações para os auditores 	<p>Gerir Créditos do IPVA:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não identificado. <p>Gerir Créditos do ITC:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não Avaliado. 	<p>Gerir os Sistemas de Cobrança:</p> <ul style="list-style-type: none"> As notificação manual do débitos. Necessidade da ação proativa dos delegados para identificar os débitos e notificar os contribuintes. <p>Executar a Cobrança Administrativa:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não Avaliado. 	<p>Encaminhar créditos para inscrição na Dívida Ativa:</p> <ul style="list-style-type: none"> Desintegração SEFIN/PGE da gestão dos créditos inscritos. Precariedade das ferramentas/soluções de TI. <p>Controle dos créditos inscritos em dívida ativa:</p> <ul style="list-style-type: none"> Baixa efetividade da cobrança da Dívida Ativa pela existência de REFAZ Baixa qualidade dos estudos de subsídios do REFAZ. 	<p>Executar procedimentos no SITAFE:</p> <ul style="list-style-type: none"> A priorização e controle dos processos não são feitos com base nos mesmos critérios, gerando diferença nas informações geradas e acompanhadas por PGE e SEFIN. <p>Executar procedimentos externos ao SITAFE:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não há suporte sistema para o acompanhamento das informações; Não há uma estrutura formal na SEFIN com competências regimentais para controle dos mandados A gestão dos mandados ocorre na assessoria e poderia ocorrer na GEAR, uma vez que todas as medidas têm impacto na Receita 	<p>Gerir a Restituição:</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de equipe e como consequência, baixa capacidade de análise dos pleitos <p>Devoluções de Exercícios Anteriores:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não identificado 	<p>Gerir cadastro de contribuintes do Estado:</p> <ul style="list-style-type: none"> Falhas na integração das bases de dados (foco na rotina de TIC). Exemplo: Integração com JUCER – Eles mandam os arquivos a cada 15 min. Não tem um acompanhamento para determinado setores. Exemplo regime de tributação. <p>Gerir cadastro de Substituição Tributária de fora do Estado:</p> <ul style="list-style-type: none"> Necessidade de envio da documentação física. <p>Realizar o controle do Simple Nacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de integração com a base da RFB Falta de acesso ao portal do SIMPLES para realizar notificações aos contribuintes.
<p>Elaborar pesquisas e relatórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> Conhecimento aprofundado de banco de dados, o que facilita a obtenção e organização dos dados brutos; <p>Prestar atendimento e assessoria</p> <ul style="list-style-type: none"> Busca atender a todos os pedidos que chegam, dentro do menor prazo possível e sempre vinculado àquilo que está sendo pedido. 	<p>Receber, analisar e conceder regime especial:</p> <ul style="list-style-type: none"> Qualidade da análise (verificar se existe alguma pendência; exemplo: contribuinte possuía regime especial e pediu homologação de crédito alegando que o representante – contador – não tinha poderes para requerer o regime). 	<p>Analisar a carta consulta e a regularidade fiscal:</p> <ul style="list-style-type: none"> A SEFIN, por meio da CONSIT se tornou referência para elaboração das políticas e ações; Disponibilidade dos dados para análise e emissão do parecer; e Participação efetiva (com voto) nas câmaras setoriais. <p>Apoio ao contribuinte e à formulação de políticas de desenv. Econômico:</p> <ul style="list-style-type: none"> Há uma prestação imediata da informação (quando da solicitação informal); Alto índice de cumprimento/Solução das demandas em curto espaço de tempo (formais e informais); e Efetiva participação e influência da CONSIT na pauta e nas decisões das Câmaras. 	<p>Controlar a Arrecadação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não identificado. <p>Gerir Documentos de Arrecadação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não identificado <p>Gerir a rede arrecadadora:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não identificado. 	<p>Gerir SPED:</p> <ul style="list-style-type: none"> Eliminação da GIAM (menos de 10 estados fizeram). Percebeu a partir de janeiro um aumento da arrecadação. <p>documentos fiscais eletrônicos (NFe, NFCe, Cte e MDFe):</p> <ul style="list-style-type: none"> Agilidade/velocidade de processamento 	<p>Gerir Créditos do IPVA:</p> <ul style="list-style-type: none"> Falhas de comunicação entre sistema do DETRAN x SEFIN. (tem problemas na comunicação pelo contribuinte e falhas de sistema de TIC) <p>Gerir Créditos do ITC:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não Avaliado. 	<p>Gerir os Sistemas de Cobrança:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não identificado. <p>Executar a Cobrança Administrativa:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não Avaliado. 	<p>Encaminhar créditos para inscrição na Dívida Ativa:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não identificado. <p>Controle dos créditos inscritos em dívida ativa:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não identificado. 	<p>Executar procedimentos no SITAFE:</p> <ul style="list-style-type: none"> A Assessoria dimensiona o impacto na receita de cada processo que controla, a fim de identificar quais processos representam maior risco ao erário, em termos de frustração de receitas. <p>Executar procedimentos externos ao SITAFE:</p> <ul style="list-style-type: none"> O apoio oferecido pela assessoria garante a redução dos riscos dos atos administrativos das autoridades 	<p>Gerir a Restituição:</p> <ul style="list-style-type: none"> Qualidade da análise (exemplo: Sentença Judicial que informa que todos tinham direito de restituição do ITC. Um dos herdeiros tinham pendência. Nesse caso, como tinha pendência não foi liberado. Se tivesse cumprido, teria gerado uma desconformidade) Outro exemplo: Restituição do IR. Veio ofício do Diretor do DR. Tera que ser o próprio servidor. Além disso, não é competência do estado/não tem previsão legal pra analisar pedido de restituição do estado. <p>Devoluções de Exercícios Anteriores:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não identificado 	<p>Gerir cadastro de contribuintes do Estado:</p> <ul style="list-style-type: none"> Grau de integração pelo SIGFACI (como Estado) <p>Gerir cadastro de Substituição Tributária de fora do Estado:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não identificado. <p>Realizar o controle do Simple Nacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não identificado.
<ul style="list-style-type: none"> Ações de fiscalização subsidiadas por informações provenientes dos grupos de estudos econômicos Utilizar o quickview 	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar os relatórios e as informações em relação aos contribuintes que aderiram ao regime especial 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de procedimento simplificado para redução do tempo de resposta às consultas 		<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento do sistema de download dos documentos para os auditores 	<ul style="list-style-type: none"> Constituição de um link para automatizar a troca de informações entre PGE e SEFIN; Relatório de inatividade dos registros/créditos para identificar se existem registros parados há muito tempo com risco de já haver decisão e não ocorrer ação de cobrança 					

Análise dos aspectos NÃO ATENDIDOS nos macroprocessos

AF 1. PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Planejamento da administração pública estadual**
 - NÃO Elabora cenário fiscal prospectivo e indica como a estratégia de longo prazo se coaduna com os princípios da gestão fiscal responsável
 - NÃO Dispõe de sistema integrado de planejamento e execução orçamentária e financeira
 - NÃO Acompanha periodicamente a execução dos programas definindo ações corretivas
- Gestão dos investimentos públicos estaduais**
 - N/A
- Planejamento de médio e longo prazo da área fiscal**
 - NÃO Estabelece os objetivos e metas da área fiscal com respectiva metodologia de monitoramento e avaliação
- Previsões fiscais**
 - NÃO Definem o espaço fiscal para a inclusão de novos projetos de investimento em cada um dos anos a que se refere
 - NÃO São submetidas à avaliação por Instituição de auditoria não vinculada a qualquer esfera do poder público
- Formulação de metas fiscais**
 - NÃO Realiza análise da evolução do patrimônio líquido estadual e apresenta justificativas de suas alterações
 - NÃO Realiza análise da origem e aplicação de recursos com alienação de ativos, com justificativas de variações atípicas entre exercícios
 - NÃO Realiza avaliação de impacto quanto à expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, ao gasto tributário e outros temas relacionados

- 3. O controle das despesas de transferência**
 - NÃO Disponibiliza estimativas sobre as transferências obrigatórias para os municípios, antes do início da elaboração do orçamento municipal
 - NÃO Disponibiliza estimativas sobre as transferências voluntárias para os municípios, antes do início da elaboração do orçamento municipal
- 4. A elaboração da programação financeira consolidada**
 - NÃO Considera a meta fiscal estabelecida para o período, seja déficit ou superávit
 - NÃO Considera a demanda apresentada pelos órgãos, secretarias e entidades
 - NÃO Considera e provisiona de acordo com a sazonalidade dos gastos
 - NÃO Estabelece prévia e formalmente as prioridades do gasto público no exercício e o cronograma mensal de desembolso
 - NÃO Verifica automaticamente a existência de dotação orçamentária nas categorias de gasto para liberação e utilização dos recursos nos órgãos executores, impedindo a liberação quando não existente
- 5. Gestão dos recursos financeiros (fluxo de caixa)**
 - NÃO Prepara mensalmente previsões dos fluxos de caixa, utilizando sistema automatizado
 - NÃO Prepara diariamente projeções, para um período de 30 dias, em nível agregado do saldo de caixa "overnight" especialmente as categorias de gasto para liberação e utilização dos recursos nos órgãos executores, impedindo a liberação quando não existente

- 6. Monitoramento do atraso do pagamento de despesas**
 - NÃO Gera alertas automáticos sobre os atrasos para o gestor da despesa e para a área financeira
 - NÃO Apura em separado os valores de multa e juros devidos por atrasos no pagamento de despesas
 - NÃO Relatário, no mínimo mensal sobre os atrasos no pagamento de despesas, com as devidas justificativas
 - NÃO Divulga de forma acessível as informações sobre os atrasos
- 7. Práticas orçamentárias**
 - NÃO Explicitam os objetivos da política fiscal do governo

AF 2. POLÍTICAS, PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA

- 1. Formulação e a avaliação de políticas fiscais na área financeira**
 - NÃO Identificam as necessidades de elaboração ou ajustes da política fiscal e recomendam alternativas de solução
 - NÃO Realizam estudos econômico-financeiros e avaliações de impacto para subsidiar a formulação das políticas fiscais, considerando diferentes cenários
 - NÃO Definem as propostas de políticas fiscais de acordo com as necessidades identificadas e os estudos realizados
 - NÃO Definem indicadores que permitam a mensuração do desempenho consoante aos propósitos e resultados da política formulada
 - NÃO Coletam informações de desempenho que permitam comparações com padrões nacionais e indicadores correlatos observados
 - NÃO Adotam metodologia para monitoramento e avaliação dos resultados e impactos da implementação das políticas e identificam necessidade de ajustes
 - NÃO Disponibilizam as informações sobre as políticas e os seus resultados de forma acessível, quanto à terminologia utilizada, por meio eletrônico
- 2. O controle das receitas de transferências**

AF 3. GESTÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

- 1. Gestão de haveres financeiros estaduais**
 - NÃO Provisiona recursos para créditos de liquidação duvidosa
 - NÃO Controla as operações realizadas entre o estado e as entidades públicas
 - NÃO Controla as operações decorrentes do pagamento parcelado do preço de venda de participações do Estado em empresas estatais
- 2. Gestão de haveres mobiliários estaduais**
 - NÃO Registra e monitora toda a carteira de haveres mobiliários
 - NÃO Compara periodicamente as receitas estimadas e realizadas com lucros em participações societárias, apresenta justificativa para diferenças apuradas e ajusta as estimativas, se for o caso
 - NÃO Analisa os impactos financeiros e econômicos das decisões de empréstimos e investimentos das

AF 4. GESTÃO CONTÁBIL

- 1. Procedimentos para a convergência contábil**
 - NÃO Integram o sistema contábil ao sistema de arrecadação com registro dos créditos tributários a receber reavaliados
 - NÃO Integram o sistema contábil ao sistema de patrimônio com registro dos valores atualizados e ajustes dos bens imóveis
 - NÃO Integram o sistema contábil ao sistema de pessoal com registro das provisões de 13ª e férias, salários e encargos a pagar
 - NÃO Integram o sistema contábil ao sistema de estoque e material permanente com registro atualizado dos inventários dos bens móveis
- 2. Aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**

- 3. Gestão de fundos estaduais controlados pelo Tesouro**
 - NÃO Registra e monitora os contratos e convênios celebrados com os fundos
 - NÃO Controla os desembolsos financeiros e atualiza as previsões, se for o caso
 - NÃO Monitora os saldos atualizados por contrato
 - NÃO Coordena a operacionalização dos pagamentos de compromissos decorrentes de contratos firmados sem contraprestação
- 4. Gestão de obrigações estaduais geridas pelo Tesouro**
 - NÃO Registra e monitora as obrigações por natureza, valor e responsável
 - NÃO Efetua previsões e acompanha os fluxos de despesa, por obrigações
 - NÃO Controla os desembolsos financeiros e atualiza as previsões, se for o caso
 - NÃO Monitora os saldos atualizados por obrigação
 - NÃO Coordena a operacionalização dos pagamentos programados
- 5. Gestão de passivos contingentes estaduais**
 - NÃO Identifica, registra e monitora os passivos contingentes decorrentes de lides de ordem tributária
 - NÃO Identifica, registra e monitora os passivos contingentes decorrentes de lides vinculadas à administração de pessoal ou despesas previdenciárias
 - NÃO Identifica, registra e monitora as dívidas passadas em processo de reconhecimento, vinculadas especialmente às privatizações, à extinção de órgãos e à liquidação de empresas
 - NÃO Controla informações dos passivos contingentes de toda a administração direta e indireta
 - NÃO Efetua avaliação e estimativa do risco de ocorrência de cada um dos passivos contingentes listados
 - NÃO Detalha e avalia os impactos financeiros dos passivos contingentes com maiores riscos de ocorrência
 - NÃO Elabora e aprova plano de mitigação dos maiores riscos relacionados aos passivos contingentes
 - NÃO Define ações preventivas para evitar demandas judiciais
 - NÃO Provisiona recursos para os passivos contingentes de maior potencial de ocorrência
- 6. Gestão de precatórios estaduais**
 - NÃO Utiliza as informações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o estoque e a movimentação dos processos
 - NÃO Registra e acompanha o andamento dos processos
 - NÃO Efetua previsão do montante dos valores devidos
 - NÃO Elabora previsão de fluxo de despesa necessário para cumprimento das obrigações legalmente estabelecidas para o exercício e provisiona os valores
- 7. Gestão de Parcerias Público Privadas (PPP)**
 - N/A

- 8. Controle dos recursos descentralizados**
 - NÃO Elabora plano de descentralização de recursos para unidades de prestação de serviços, contemplando o objetivo, valores estimados e prazos de aplicação
 - NÃO Estabelece procedimentos administrativos e financeiros padronizados com regras de transparência no uso dos recursos
 - NÃO Divulga os valores repassados para as unidades descentralizadas de prestação de serviços e os resultados alcançados
 - NÃO Realiza ações de verificação e auditoria interna, quando necessário
- 9. Demonstrações contábeis**
 - NÃO São registradas de forma automática com base nas integrações com o sistema de arrecadação e de execução financeira, sem lançamento manual
- 10. Sistema de administração financeira - padrões de qualidade**
 - NÃO Adota a arquitetura e PING - Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico
 - NÃO Adota o Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG)
- 11. Sistema de administração financeira - requisitos técnicos**
 - NÃO Integra as informações de planejamento e execução orçamentária e financeira
 - NÃO Fornece informações de natureza orçamentária, financeira, patrimonial e contábil para o sistema de informação de custos
 - NÃO Gera automaticamente, informação para a consolidação das contas nacionais pela STN, inclusive para a matriz de saldos contábeis
 - NÃO Integra-se ao sistema de patrimônio e almoxarifado para a realização dos procedimentos contábeis patrimoniais previstos no MCASP
 - NÃO Integra-se ao sistema de recursos humanos para a realização dos procedimentos contábeis patrimoniais previstos no MCASP
 - NÃO Integra-se ao sistema de arrecadação para o reconhecimento da receita pelo regime de competência de acordo com o MCASP
 - NÃO Integra-se ao sistema de controle de passivos contingentes para a realização dos procedimentos contábeis patrimoniais de acordo com o MCASP
 - NÃO se com os demais sistemas vinculados ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP)
- 12. Sistema de administração financeira - requisitos de segurança**
 - NÃO Garante a autenticidade dos acessos através de conexão segura, caso seja disponível a realização de operações de inclusão, exclusão ou alteração de dados via site no Internet
 - NÃO Possui mecanismos de proteção e criptografia contra acesso direto não autorizado a sua base de dados
 - NÃO Previne as vulnerabilidades que possam comprometer o sistema, tais como: Cross Site Scripting (XSS), Injeção de SQL, upload de arquivos

AF 3. GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

- 1. Direcionamento estratégico da gestão da dívida**
 - NÃO Define claramente os critérios de autorização para contratar empréstimos e realizar transações relacionadas com a dívida
 - NÃO Define claramente os objetivos e a estratégia para a gestão da dívida
 - NÃO Avalia os resultados em relação aos objetivos de gestão
 - NÃO Contempla auditorias externas das atividades, políticas e operações da dívida
- 2. Coordenação da gestão da dívida com a política fiscal**
 - NÃO Realiza análise de sustentabilidade da dívida
 - NÃO Prepara, atualiza regularmente e publica anualmente documento detalhando resultados reais e previsões das macro variáveis
 - NÃO Avalia o custo-benefício e o impacto da dívida interna e externa no equilíbrio fiscal
- 3. Administração e controle da dívida**
 - NÃO Analisa as alternativas, termos e condições de empréstimos e prepara pareceres
 - NÃO Analisa os custos e benefícios efetivos da operação antes da negociação
 - NÃO Estabelece e divulga os procedimentos para contratação de acordo com as metas fiscais
 - NÃO Prepara simulações e define melhores alternativas de contratação
- 4. Auditoria interna e externa da dívida**
 - N/A
- 5. Sistema de gestão da dívida**
 - Recepciona os dados atualizados que são conciliados pelo menos mensalmente garantindo sua integridade
 - Disponibiliza manual de procedimentos atualizado para o processamento do serviço da dívida
 - Prepara e emite eletronicamente as ordens internas de pagamento, no ato de vencimento
 - Registra e identifica no sistema todos os acessos (trilhas de auditoria)
 - Realiza backup diário do sistema de documentação e administração da dívida armazenados em local seguro
 - Disponibiliza relatórios com informações sobre o serviço da dívida, estoque, operações e cumprimento dos requisitos contratuais
 - Garante integração de dados deste sistema com outros bases para previsão da dívida

AF 6. GESTÃO DE CUSTOS E GASTOS PÚBLICOS

- 1. Direcionamento estratégico da gestão de custos**
- 2. Apuração dos custos estaduais**
- 3. Sistema estadual de gestão de custos**
- 4. Relatórios de custos**
- 5. Gestão de custos na área de saúde**
- 6. Gestão de custos na área de educação**
- 7. Gestão de custos na área de segurança pública**
- 8. Gestão de custos no sistema prisional estadual**
- 9. Gestão de custos de projetos de infraestrutura**
- 10. Racionalização do gasto com pessoal**
- 11. Racionalização do gasto com compras governamentais**
- 12. Racionalização do gasto com outros serviços e custeios**
- 13. Avaliação do gasto público**
- 14. Avaliação do gasto dos programas setoriais**

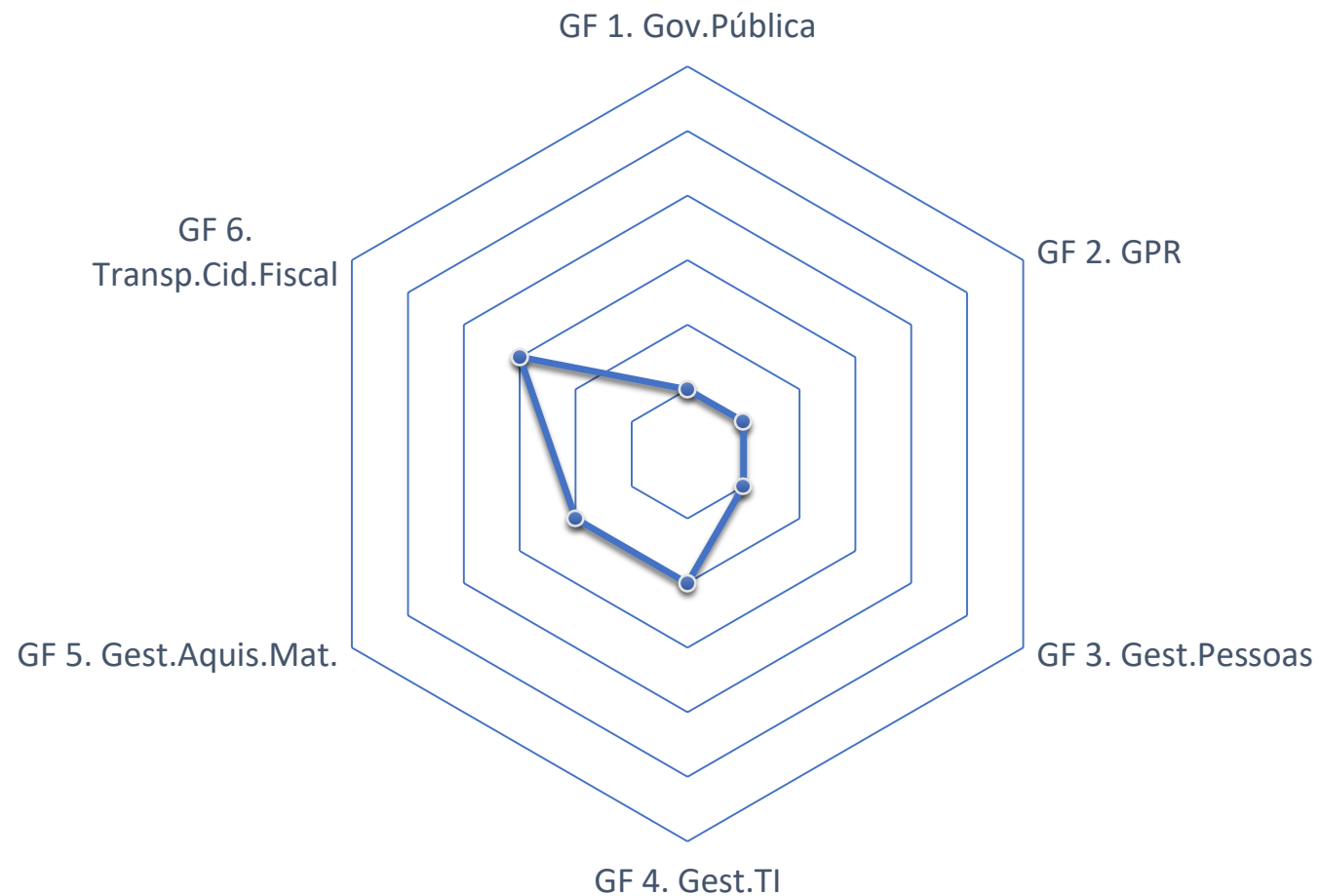
AF 2. POLÍTICAS, PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA

1. Formulação e a avaliação de políticas fiscais na área financeira

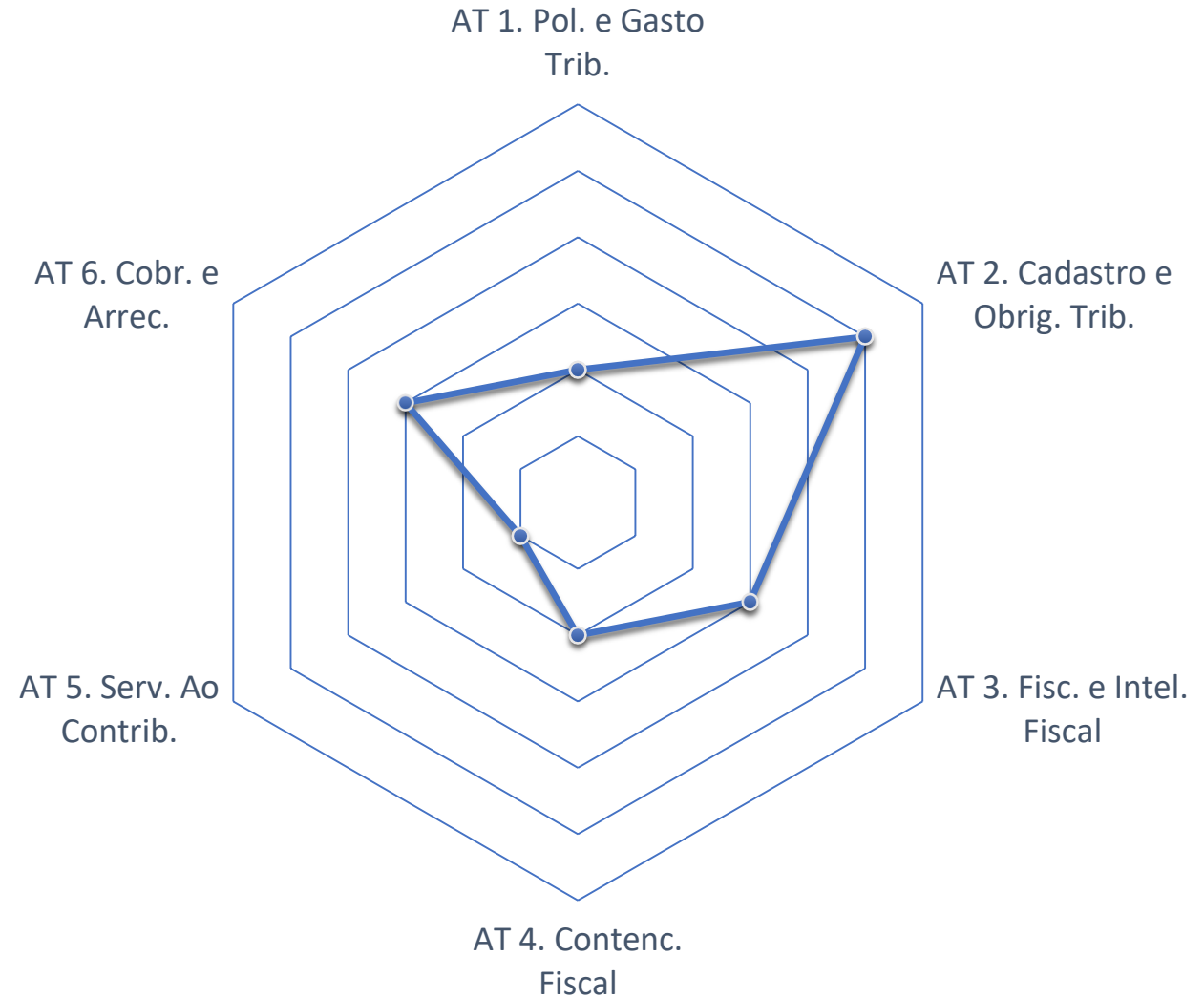
- NÃO Identificam as necessidades de elaboração ou ajustes da política fiscal e recomendam alternativas de solução
- NÃO Realizam estudos econômico-financeiros e avaliações de impacto para subsidiar a formulação das políticas fiscais, considerando diferentes cenários
- NÃO Definem as propostas de políticas fiscais de acordo com as necessidades identificadas e os estudos realizados
- NÃO Definem as propostas de políticas fiscais de acordo com as necessidades identificadas e os estudos realizados

Diagnóstico do Nível de
Maturidade dos Processos

Eixo I - Gestão Fazendária e Transparência Fiscal

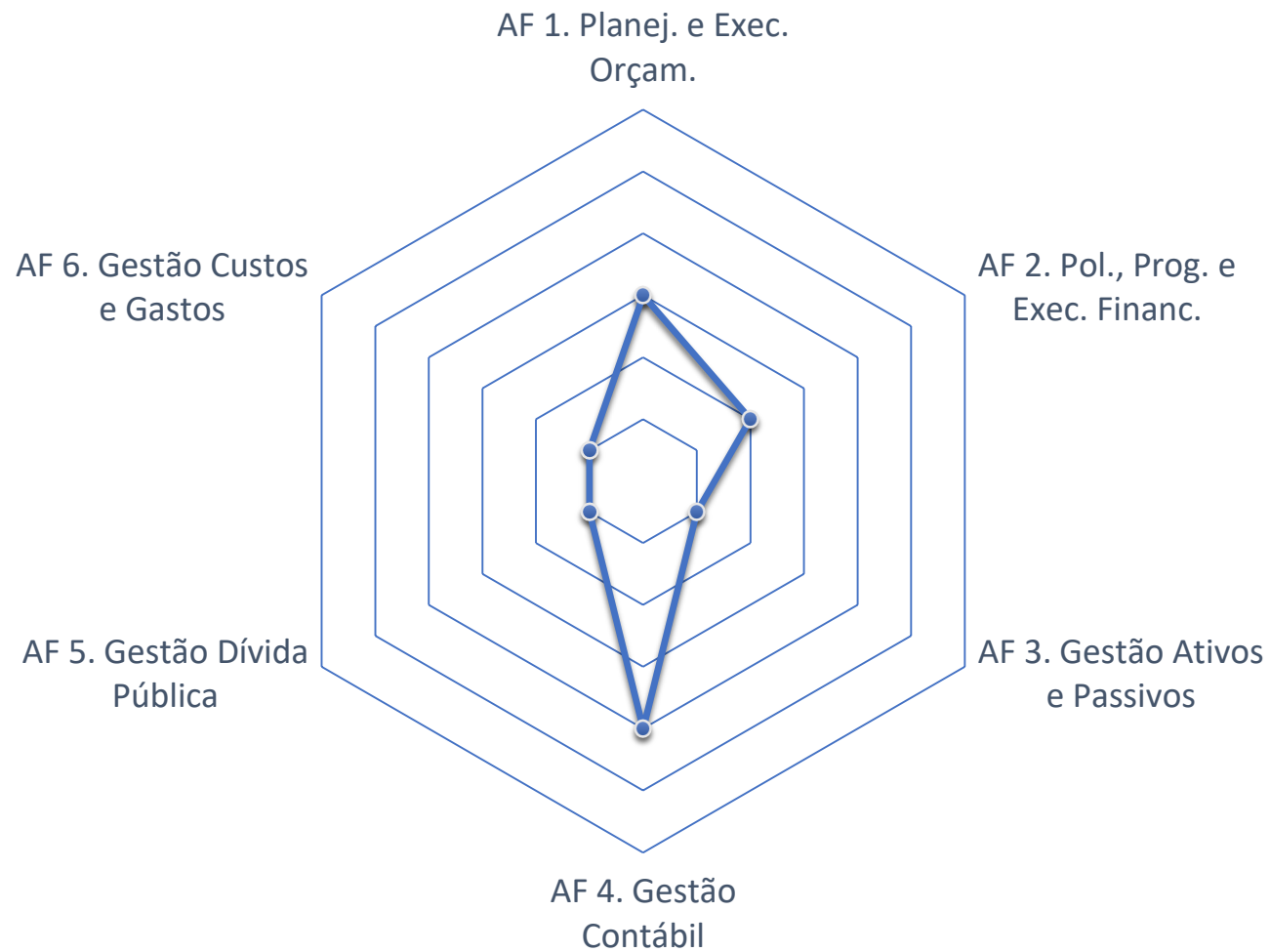


Eixo II - Administração Tributária e Contencioso Fiscal



Diagnóstico do Nível de Maturidade dos Processos

Eixo III - Administração Financeira e Gasto Público





GR.01 GARANTIR A SUSTENTABILIDADE FISCAL DO ESTADO DE RONDÔNIA



GR.02 AUMENTAR A ARRECADAÇÃO, COM FOCO NO APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA FISCAL



GR. 03 PROVOMER A RESPONSABILIDADE FISCAL

ATIVOS DE PROCESSO

ESTRATÉGIA DOS CRÉDITOS E ATENDIMENTO

Fortalecer as ações de cobrança administrativa com foco em resultados

Definir perfis de contribuintes bem como mecanismos de cobrança aplicáveis a cada um, a fim de aumentar a arrecadação oriunda da cobrança administrativa, através de um sistema que permita o monitoramento e a atuação tempestiva das ações executivas, administrativa, com o controle objetivo de resultados.

Fortalecimento das ações de cobrança

Aprimorar a qualidade do atendimento ao contribuinte

Definir e orientar de forma eficiente, eficaz e padronizada os procedimentos, por meio da definição de um modelo de atendimento que vise a definir os serviços a serem prestados bem como os canais de atendimento, sejam eles presenciais ou não.

SEFIN Atende

Fortalecer e aprimorar a avaliação e o controle dos incentivos fiscais.

Aprimorar o processo preventivo de controle do incentivo fiscal, através de orientação proativa e efetiva a interessados em investir no estado, de vistorias preventivas de análise das empresas incentivadas, e na detecção de irregularidades fiscais.

Aprimorar controle dos incentivos fiscais

Promover a gestão estratégica com foco em resultados

Implantação do escritório de gestão
Revisão da política de reconhecimento

FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

Combater a sonegação e promover a justiça fiscal

Aumentar a eficiência da ação fiscal, atuando de maneira abrangente e impessoal, elevando a percepção do risco subjetivo ao contribuinte, promovendo, assim, a justiça fiscal.

- Planejamento de malhas fiscais e monitoramento
- Planejamento da Fiscalização
- Padronização das ações fiscais

Aumentar a qualidade do lançamento e garantir o crédito tributário

Assegurar a cobrança e fiscalização da obrigação principal, garantido a qualidade do lançamento, por meio de um sistema de gestão que acompanhe a ação fiscal em toda sua vida útil e melhor infraestrutura.

- Criação de sistema padrão de gestão das ações fiscais
- Melhoria da infraestrutura da ação fiscal

Reduzir o estoque de processos em julgamento administrativo

Reduzir o estoque de processos por meio de medidas que visem a redução do tempo de tramitação até a decisão final e melhoria na qualidade e eficiência do julgamento.

- Implantação do Processo Eletrônico do Contencioso
- Aumento da Produtividade nos Julgamentos

Desenvolver as equipes de acordo com as necessidades estratégicas da SEFIN, valorizando e fortalecendo a rede de multiplicadores.

- Programa de capacitação continuada

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FINANCEIRA

Implementar a efetiva programação orçamentária e financeira

Qualificar o planejamento governamental, os gastos públicos, e o equilíbrio entre a execução orçamentária e o fluxo de arrecadação financeira, com vistas ao equilíbrio fiscal.

- Implementação da Programação Financeira

Fortalecer a tomada decisão por meio de informações contábeis confiáveis

Fornecer informações contábeis padronizadas, confiáveis e ágeis com vistas a subsidiar e qualificar a tomada de decisões no âmbito fiscal.

- Sistema integrado de planejamento, orçamento, finanças e contabilidade

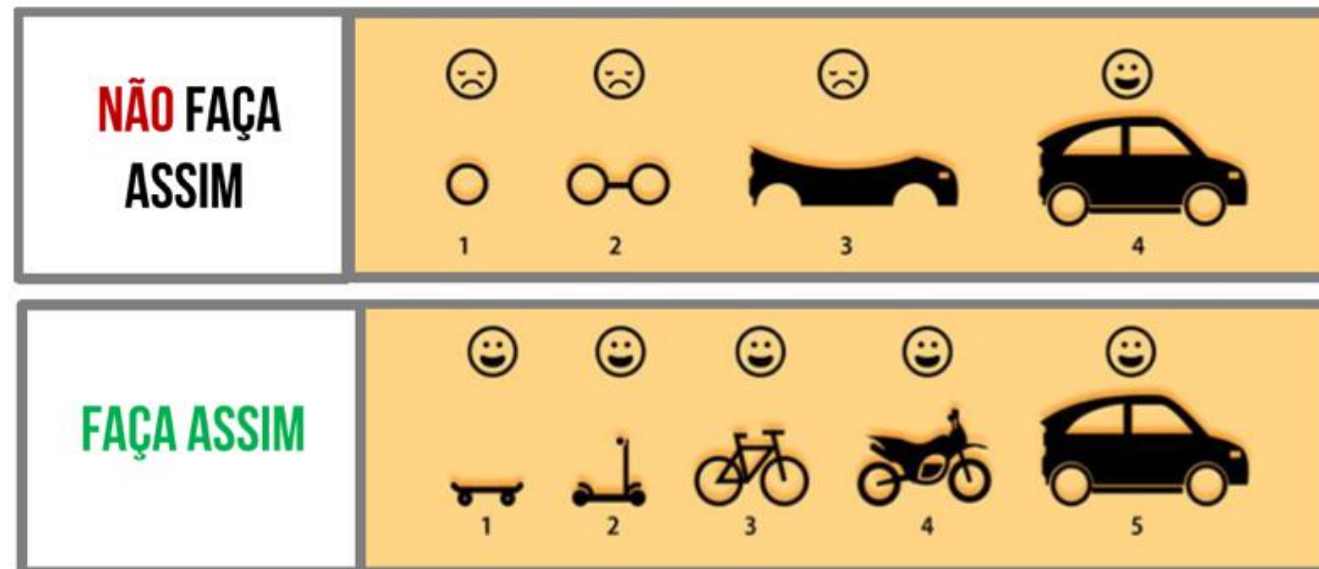
Aumentar a capacidade de desenvolvimento e a disponibilidade das soluções de TI, garantindo a internalização do conhecimento e a melhor alocação dos recursos

- Programa de aumento da Capacidade de atendimento das demandas de TI

MAPA ESTRATÉGICO

ACELERAÇÃO DE RESULTADOS

Formação dos Gerentes de Projeto



ABORDAGEM ÁGIL

- ENTREGA CONTÍNUA
- RESPONDER AS MUDANÇAS
- COLABORAR E APRENDER COM A SOCIEDADE
- INDIVÍDUOS E INTERAÇÕES

Agenda

1

Visão Geral do
Projeto

2

Elementos da
Reflexão e
Formulação

3

Desdobramento
da Estratégia

4

Governança da
Estratégia



ELEMENTOS DO DESDOBRAMENTO



INICIATIVAS



INDICADORES

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Foram definidos:

- 10 Objetivos de Processos
- 18 Projetos Estratégicos
- 40 Indicadores da estratégia
- Instituído o Rito de Governança do Planejamento Estratégico



GOVERNO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS

RESOLUÇÃO Nº. 001/2017/GAB/SEFIN
Porto Velho, 19 de junho de 2017

Institui o Sistema de Governança Estratégica no âmbito da Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN.

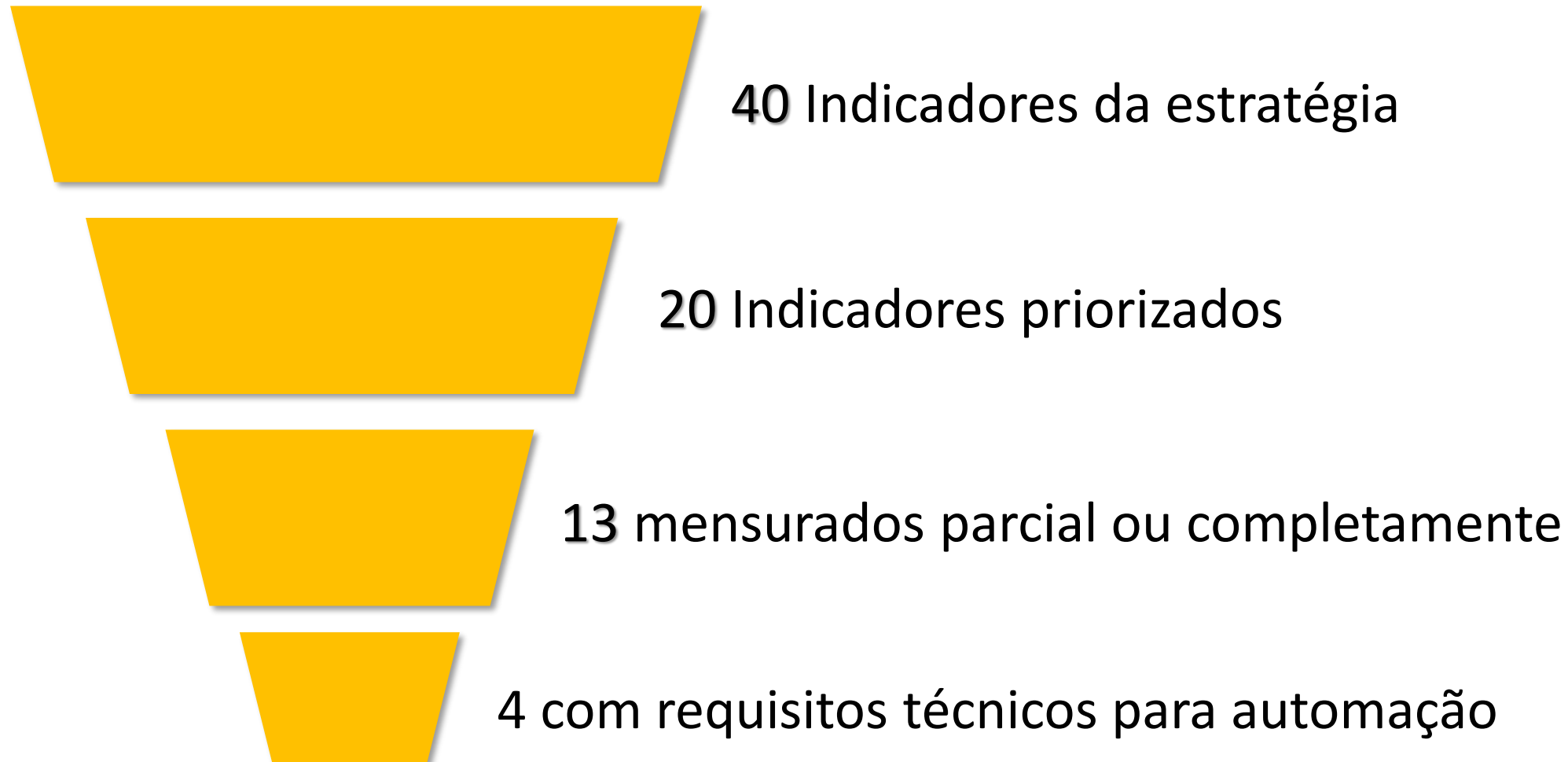
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 71 da Constituição Estadual e o inciso V do artigo 17 da Lei Complementar n. 224, de 04 de janeiro de 2000;

Considerando a necessidade de aperfeiçoar e organizar as ações estratégicas da Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN;

Considerando a necessidade de implementar práticas de Planejamento e Gestão Estratégica na Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN; e

INDICADORES E METAS

Inicialmente foram elencados 40 indicadores para medir a performance da estratégia, contudo houve um processo de priorização sobre quais seria mensurados e automatizados primeiro.



INDICADORES E METAS

Objetivo de processo	Indicador	Mensurado
OBJ. 01 - Fortalecer as ações de cobrança administrativa com foco em resultados.	Percentual do valor da inadimplência do ICMS sobre o total do ICMS lançado.	-
OBJ. 02 - Aprimorar a qualidade do atendimento ao contribuinte.	Grau de satisfação com os serviços presenciais	Sim
	Grau de satisfação com os serviços virtuais oferecidos no portal do contribuinte.	Sim
	Grau de satisfação com os serviços prestados por meio eletrônico - Site, Ordem de Serviço, e-mail e Telefone .	Sim
OBJ. 03 - Fortalecer e aprimorar a avaliação e o controle dos incentivos fiscais.	Cobertura das vistorias preventivas.	Sim
	Índice de cumprimento de obrigações das empresas incentivadas.	Sim
OBJ. 04 - Combater a sonegação e promover a justiça fiscal.	Cobertura da auditoria fiscal (DFE).	Sim
	Cobertura serviço fiscal (DSF).	Sim
	Cobertura da notificação.	Sim
OBJ. 05 - Aumentar a qualidade do lançamento e garantir o crédito tributário.	Volume do estoque (todas instâncias), em Reais (R\$).	Sim
	Idade média dos processos (todas instâncias) em anos.	Sim
OBJ. 06 - Reduzir o estoque de processos em julgamento administrativo.	Quantidade de processos (todas instâncias).	Sim

INDICADORES E METAS

Objetivo de Processo	Indicador	Mensurado
OBJ. 07 - Implementar a efetiva programação orçamentária e financeira.	Financiamento dos investimentos.	-
	Resultado Fiscal - Fonte 100.	-
	Resultado Fiscal - Demais Fontes.	-
OBJ. 08. Fortalecer a tomada de decisão por meio de informações confiáveis.	-	-
OBJ. 09 - Aprimorar a gestão do crédito tributário, com foco no aumento da eficiência e disponibilidade para tomada de decisão.	-	-
OBJ. 10 - Implantar medidas de controle da dívida pública, garantindo a sustentabilidade e transparência das finanças estaduais.	Endividamento Líquido.	Sim
	Custo da dívida.	Sim

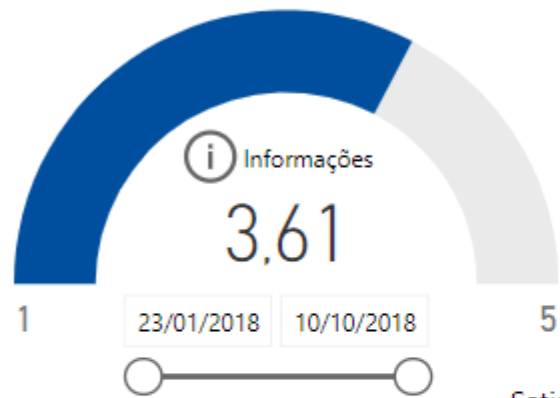
INDICADORES E METAS

Objetivo de Processo	Indicador	Mensurado
OBJ. 07 - Implementar a efetiva programação orçamentária e financeira.	Financiamento dos investimentos.	-
	Resultado Fiscal - Fonte 100.	-
	Resultado Fiscal - Demais Fontes.	-
OBJ. 08. Fortalecer a tomada de decisão por meio de informações confiáveis.	-	-
OBJ. 09 - Aprimorar a gestão do crédito tributário, com foco no aumento da eficiência e disponibilidade para tomada de decisão.	-	-
OBJ. 10 - Implantar medidas de controle da dívida pública, garantindo a sustentabilidade e transparência das finanças estaduais.	Endividamento Líquido.	Sim
	Custo da dívida.	Sim

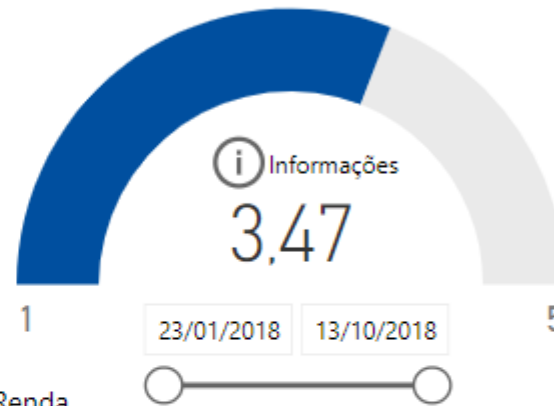
OBJ. 02 - APRIMORAR A QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

Pesquisa de Satisfação - Canais de Atendimento

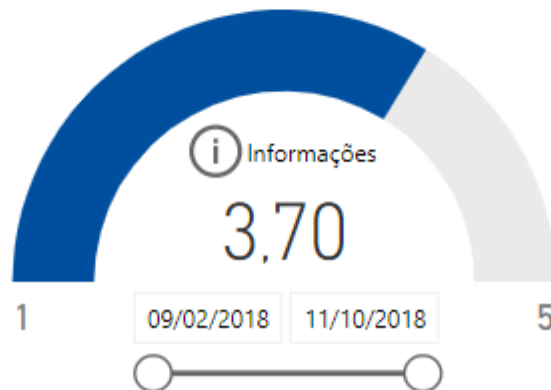
Satisfação do Portal do Contribuinte



Satisfação com Serviços Eletrônicos



Satisfação com as Agências de Renda



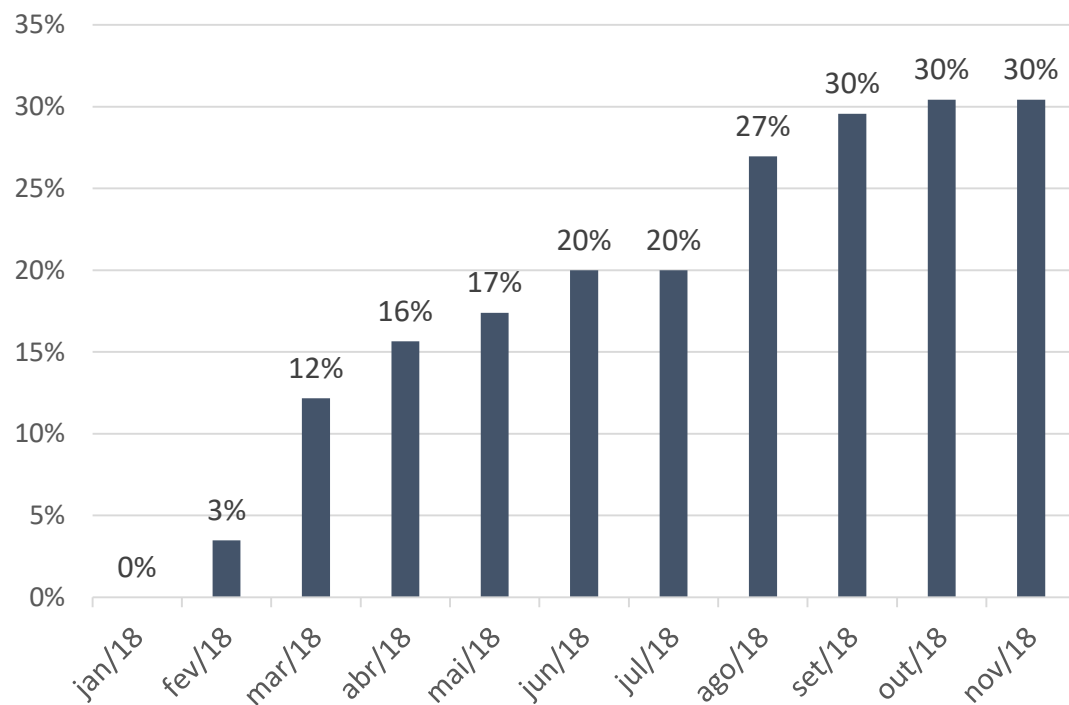
Grau de satisfação com os serviços oferecidos ao contribuinte

Media das respostas de 1 a 5, sendo 1 a menor e 5 a maior.

OBJ. 03 - FORTALECER E APRIMORAR A AVALIAÇÃO E O CONTROLE DOS INCENTIVOS FISCAIS

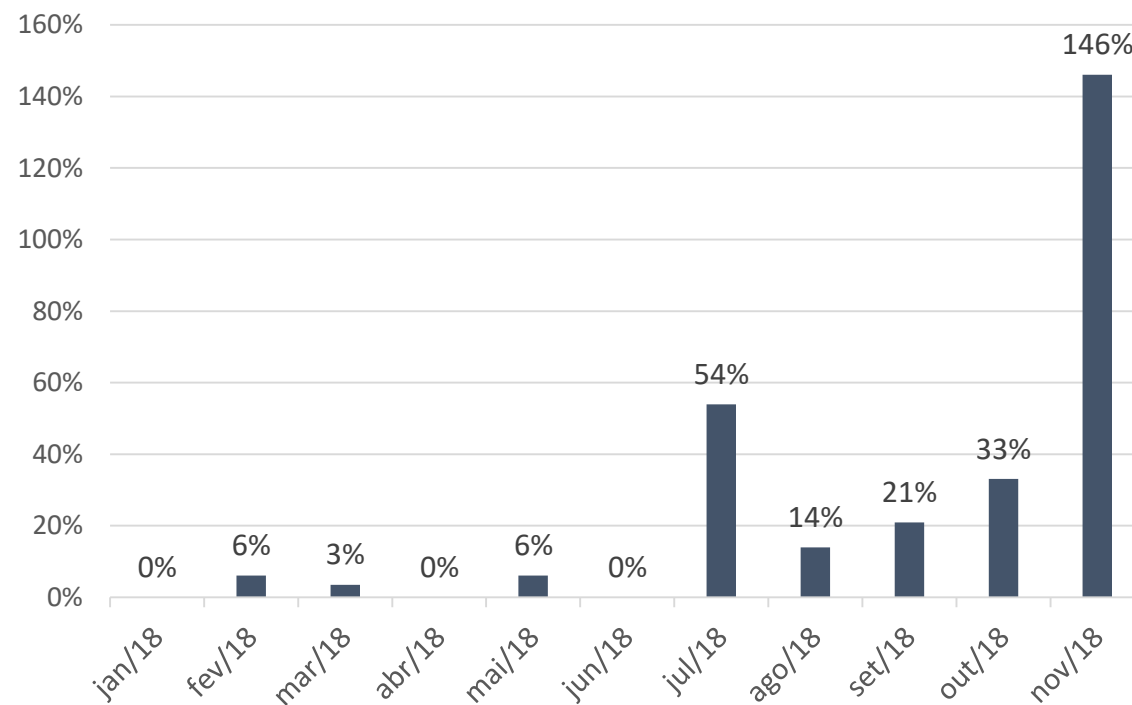
Cobertura das vistorias preventivas (acumulado)

Nº de vistorias realizada até o período / total de empresas com insentivos



Índice de cumprimento de obrigações

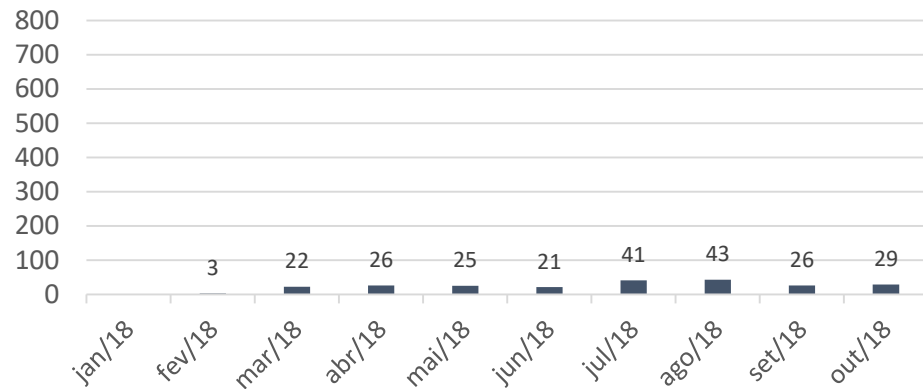
Notificações oficiais enviadas / total de empresas com insentivos



OBJ. 04 - COMBATER A SONEGAÇÃO E PROMOVER A JUSTIÇA FISCAL

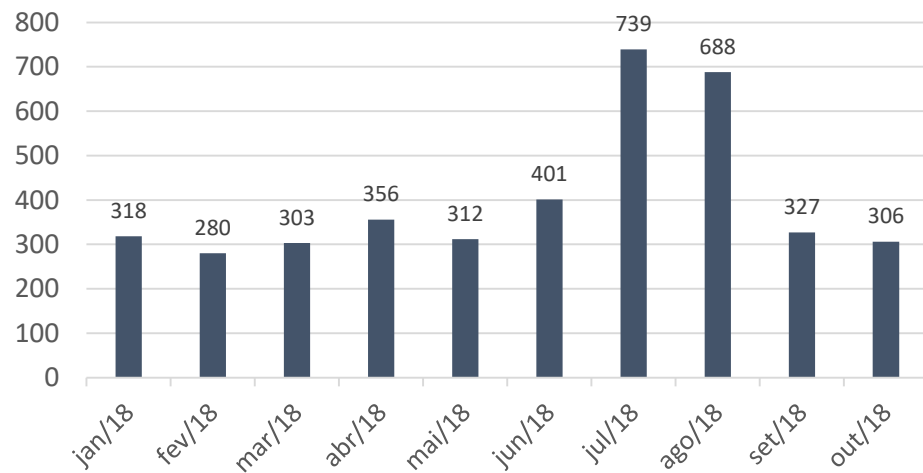
Cobertura da DFE

Nº absoluto de designações abertas



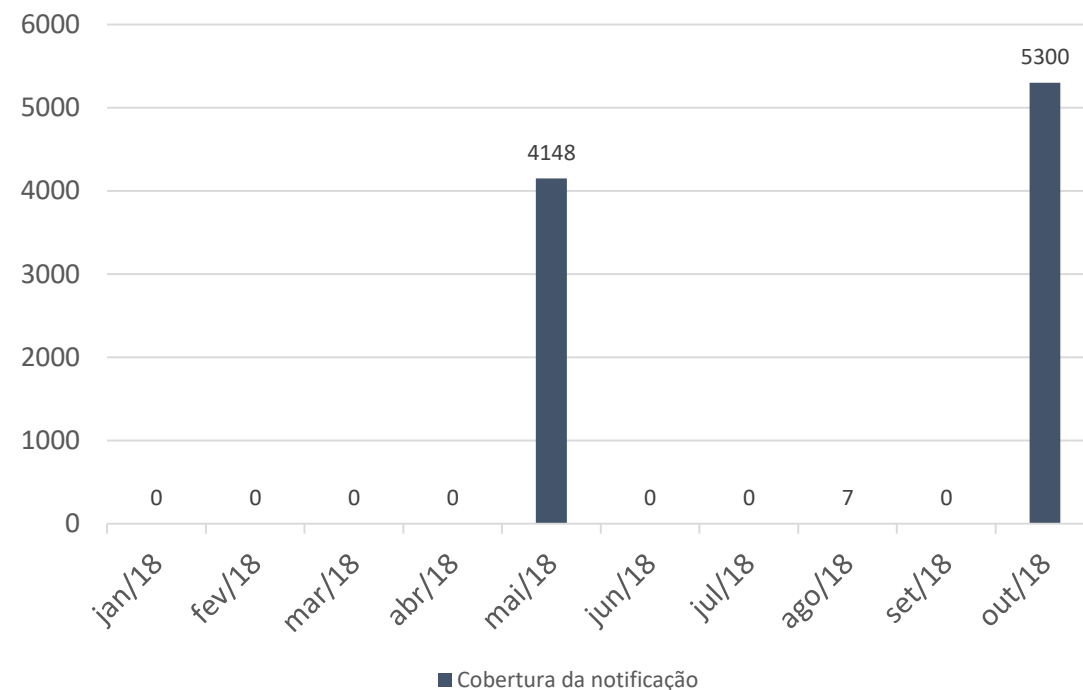
Cobertura da DSF

Nº absoluto de designações abertas



Cobertura da notificação

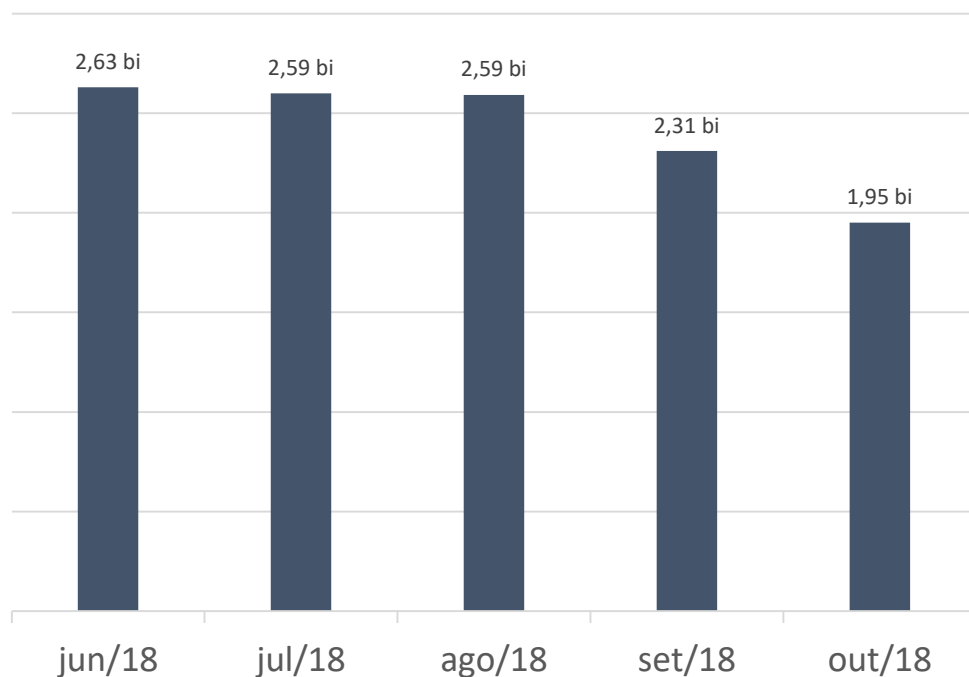
Nº absoluto de notificações enviadas abertas



OBJ. 05 - AUMENTAR A QUALIDADE DO LANÇAMENTO E GARANTIR O CRÉDITO TRIBUTÁRIO

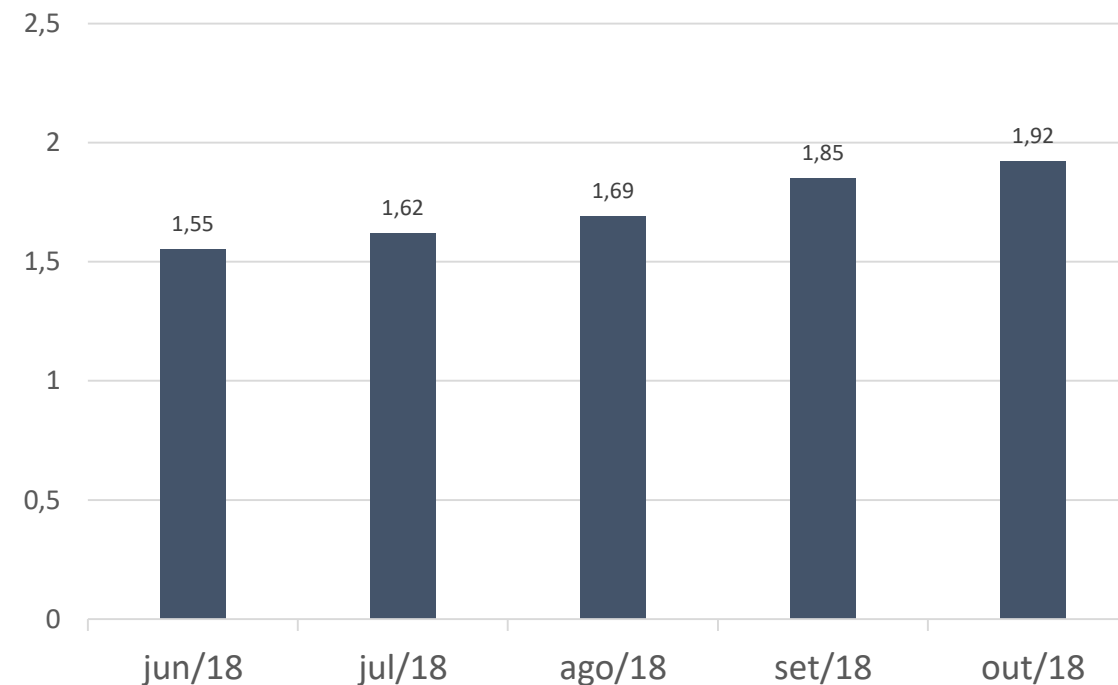
Volume do Estoque (R\$)

Somatório do valor em Reais do estoque, em todas instâncias.



Idade média dos processos (Anos)

Média da idade dos processos do estoque, em todas instâncias.

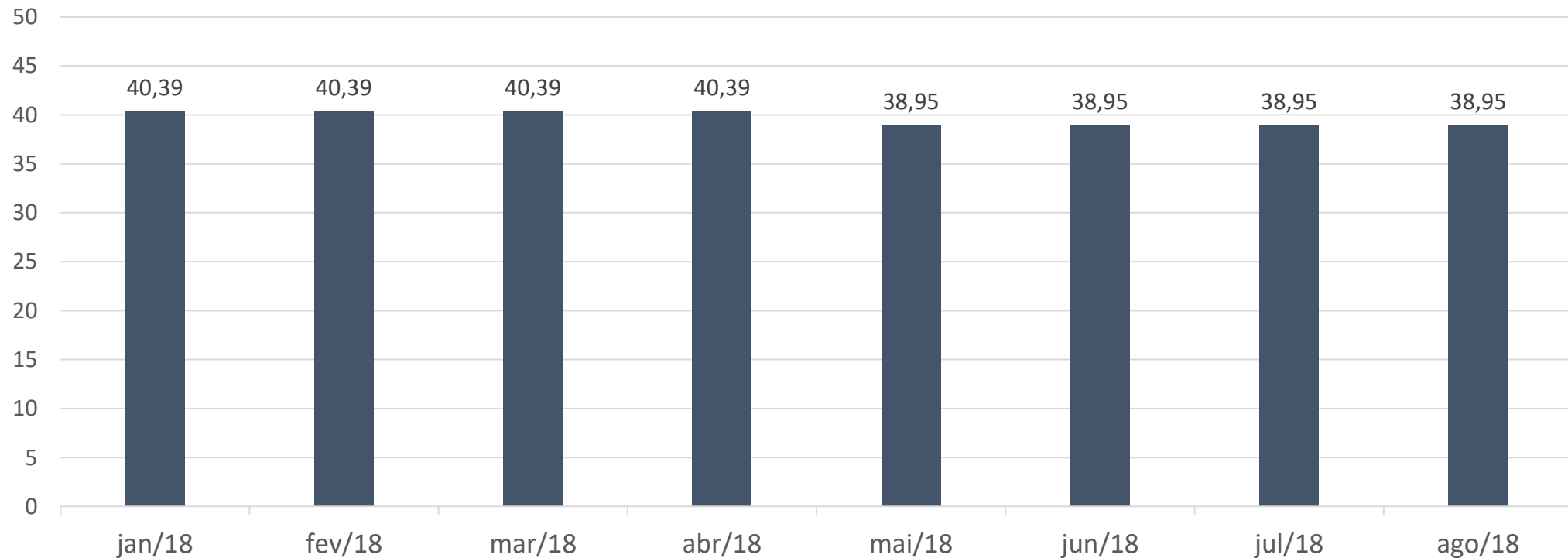


OBJ. 06 - REDUZIR O ESTOQUE DE PROCESSOS EM JULGAMENTO ADMINISTRATIVO



OBJ. 10 - IMPLANTAR MEDIDAS DE CONTROLE DA DÍVIDA PÚBLICA, GARANTINDO A SUSTENTABILIDADE E TRANSPARÊNCIA DAS FINANÇAS ESTADUAIS

Endividamento Líquido
Dívida Consolidada / Receita Corrente Líquida



AGENDA DO DIA

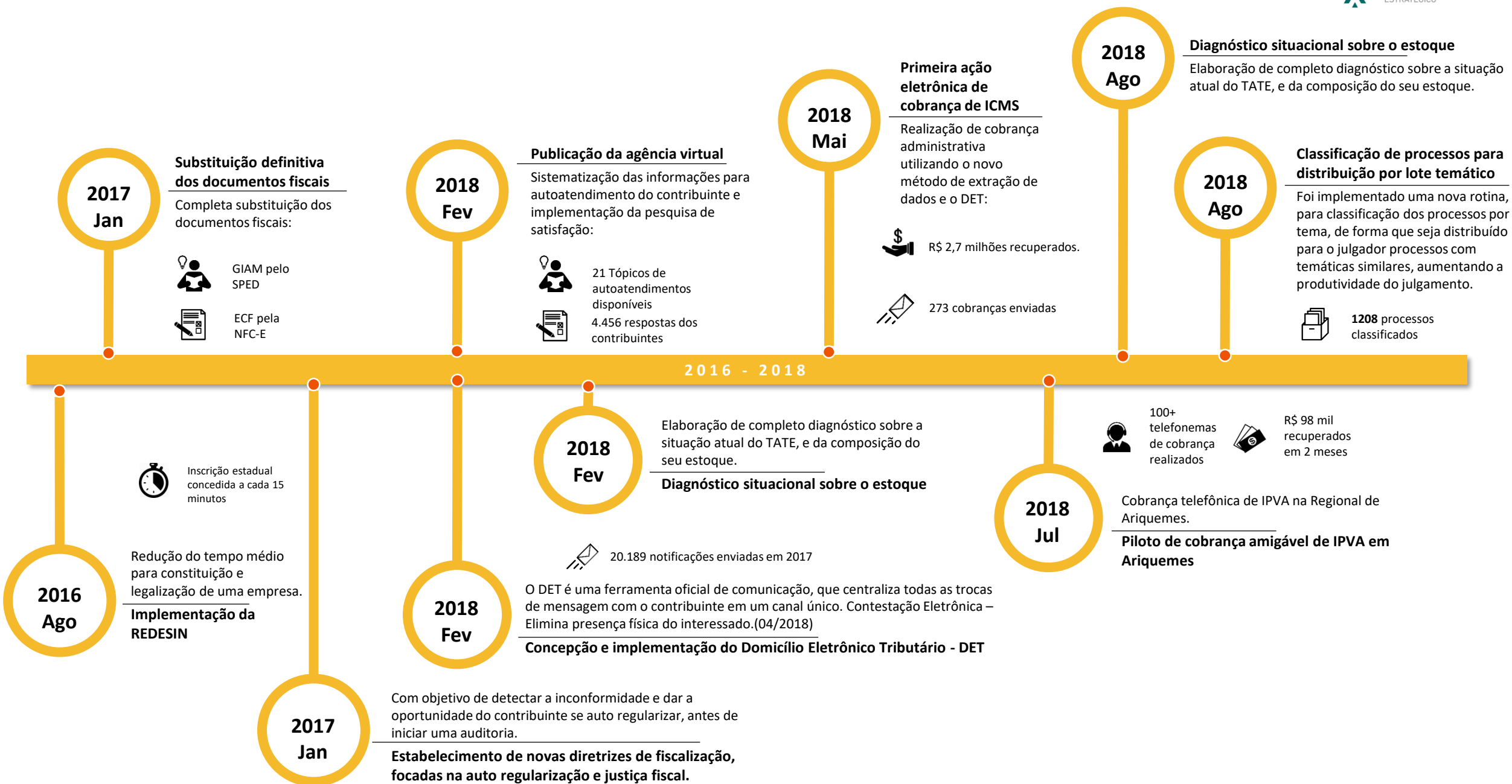
01. Indicadores fiscais e Resultados Obtidos

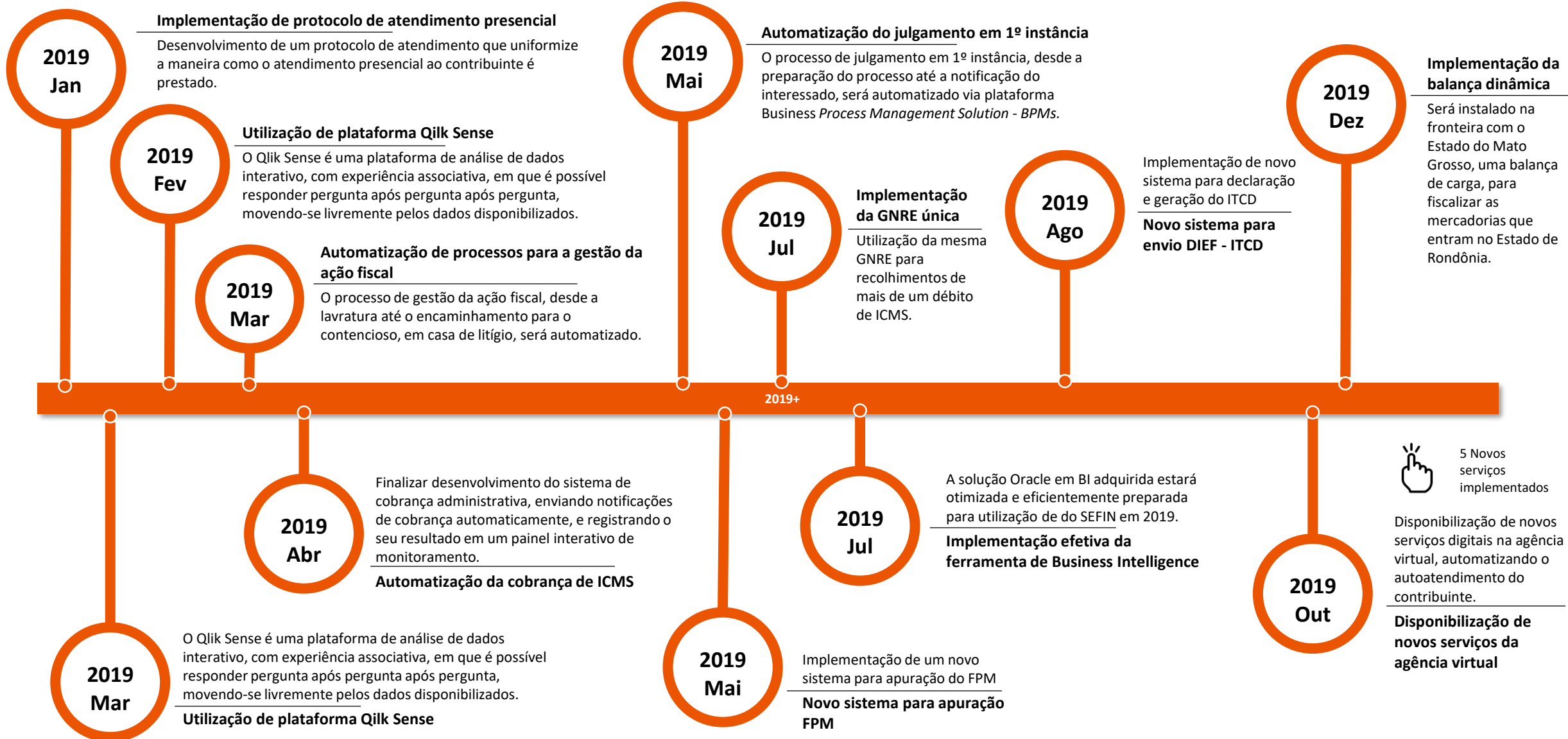
02. PROFISCO I


- a. Profisco em números
- b. Planejamento estratégico
- c. Principais resultados

03. PROFISCO II







 5 Novos serviços implementados

2018
Jan

Implantação do Sistema de RPV

Redução do prazo para até 30 dias para pagamento de RPV's, com alimentação diária de dados de pagamento no portal da Transparência.

2018
Mai

Envio das Matrizes Contábeis a Secretaria do Tesouro Nacional

Estado pioneiro no envio das Matrizes de Saldos Contábeis a STN e junto ao RS, AL, PI e MT, não foi detectada quaisquer críticas no ambiente SICONFI.

2018
Ago

Criação do comitê interpoderes para implementação do SIGEF

Comitê gestor para coordenar a implementação do Sistema integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF, sistema que substituirá o SIAFEN, em todo todos os poderes do Estado de Rondônia.

2018
Set

Implementação do novo modelo de gestão de contratos

Os contratos de empréstimo foram mapeados e estruturados em formato de banco de dados, para a tempestiva consulta das informações relativas a dívida pública, possibilitando uma gestão mais eficiente.



Sistematização dos 27 contratos da dívida pública

2017-2018

2018
Jul

Instituição da Junta de Programação Financeira, com o objetivo de ordenar a execução orçamentária e financeira do Estado.

Instituição da Junta de Programação Financeira

2017
Fev

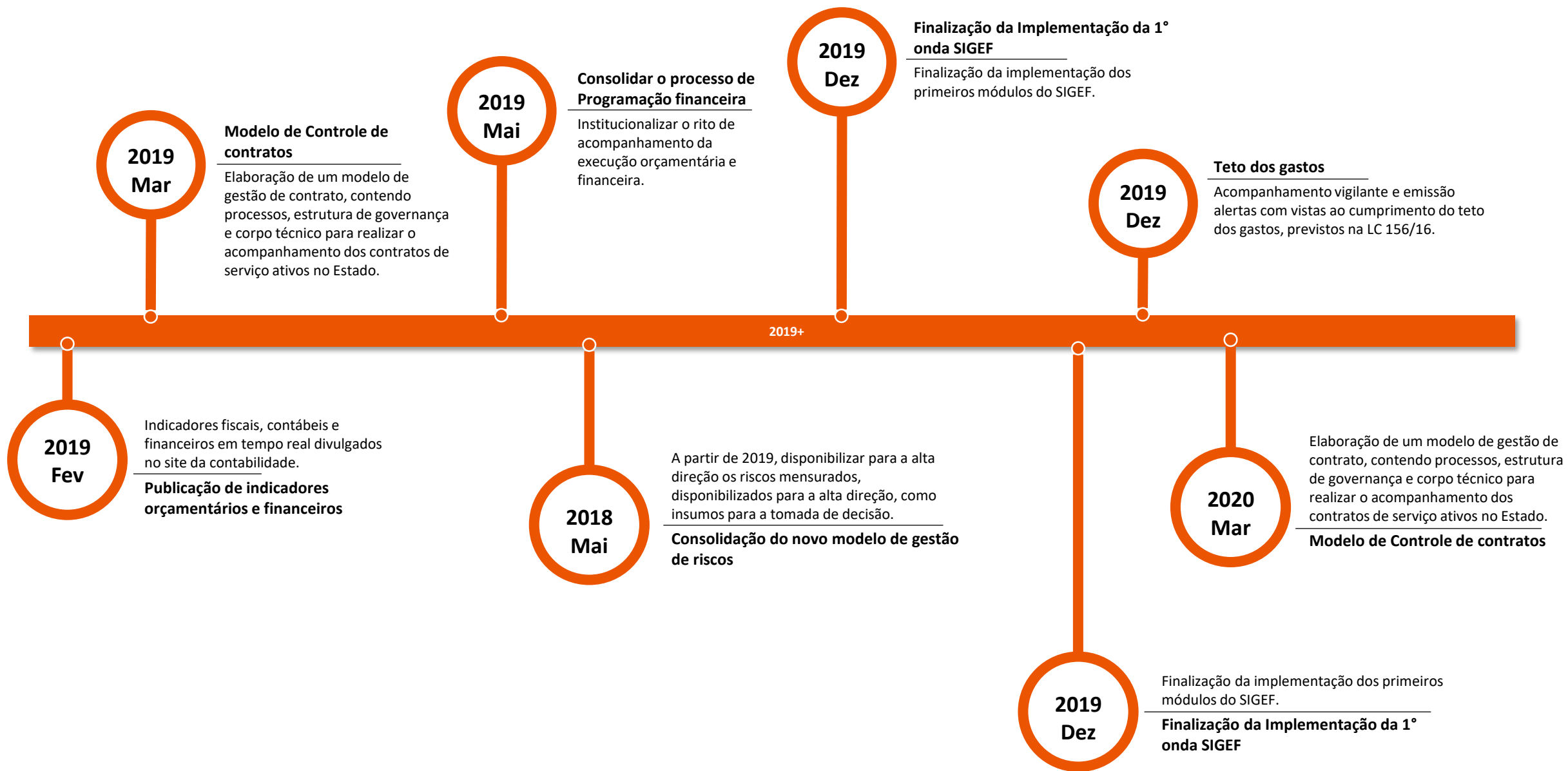
Criação da Superintendência de Contabilidade

Publicação da Lei Complementar 697/2012

2018
Out

A SEFIN reposicionou o seu setor de controle interno, preparando a SEFIN para a gestão de risco, utilizando o modelo de três linhas de defesa. Identificados os principais riscos.

Divulgação do novo modelo de gestão de risco



LIÇÕES APRENDIDAS E BOAS PRÁTICAS

- O patrocínio da alta administração é fundamental para a implantação dos produtos.
- Participação nas reuniões da COGEF.
- A realização de visitas técnicas a outros estados é de grande valia para aquisição de know-how.
- A documentação de cada produto, com definição clara de escopo e resultados pretendidos, garante a compreensão do conteúdo pela equipe e facilita as sucessões decorrentes de troca de pessoal.
- A familiaridade com as políticas do Banco antes de iniciar o processo de aquisições foi fundamental para a execução dos certames.
- A adoção de ciclos curtos de planejamento, execução e entregas sucessivas é preferível ao estabelecimento de uma única meta ao final da implantação do produto.



AGENDA DO DIA

01. Indicadores fiscais e Resultados Obtidos

02. Considerações BID

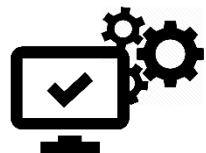
03. PROFISCO I

- a. Histórico
- b. Planejamento estratégico
- c. Principais resultados

04. PROFISCO II



Com recursos do PROFISCO serão financiadas ações fundamentais para a modernização do Estado, como por exemplo:



Desenvolvimento de novo sistema de arrecadação – “NOVO SITAFE”.



Digitalização de serviços presenciais.



Aceleração do julgamento do contencioso fiscal.



Implementação do novo sistema de execução orçamentária financeira - SIGEF.



Fortalecimento da infraestrutura e dos processos de fiscalização.



Aprimoramento nos controles de incentivos e isenções fiscais.



Desenvolvimento de novo sistema de controle interno.



Automatização da cobrança administrativa.



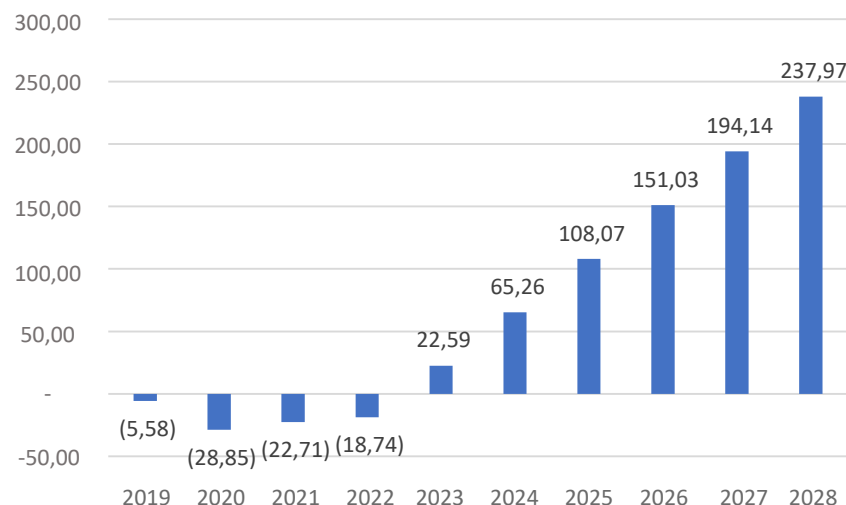
Padronização dos postos fiscais e agências de renda.

PROFISCO II - RETORNO DO INVESTIMENTO

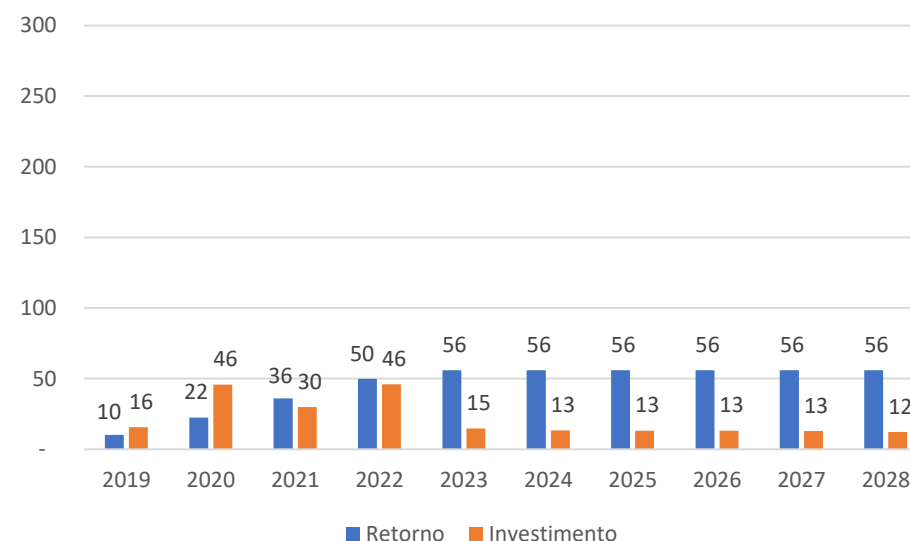
Para a liberaçã dos recursos, o BID e o Estado de Rondônia realizam um estudo de impacto, para mensurar o retorno de cada açã do PROFISCO.

Como o processo de modernizaçã de Rondônia já estã em curso, o retorno calculado do PROFISCO II é significativamente maior do que o seu custo.

Retorno do investimento acumulado (R\$)



Retorno x Investimento anual (R\$)

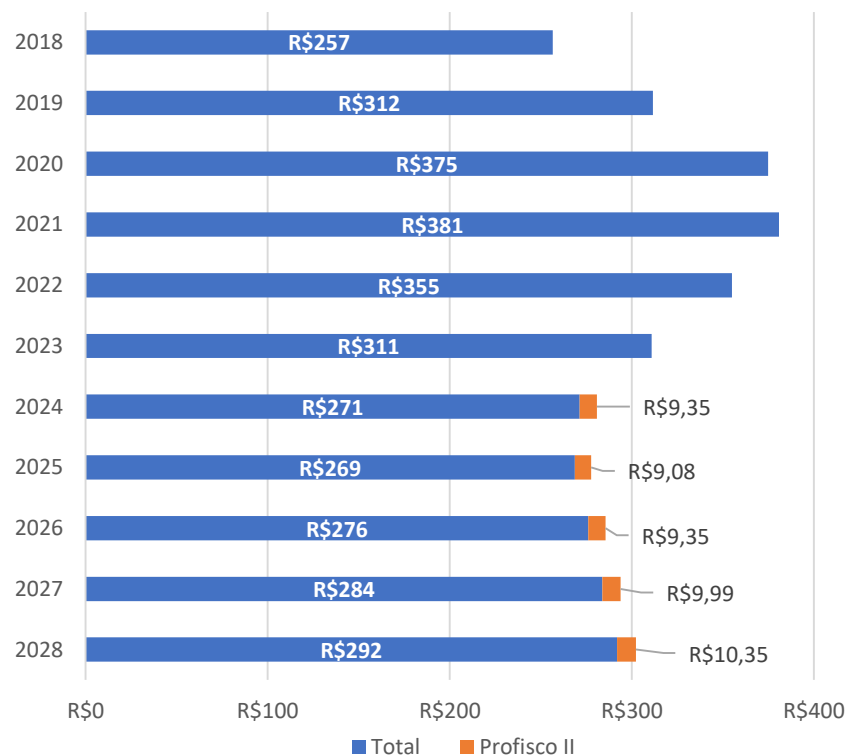


Valores nos gráficos apresentados em R\$ milhões

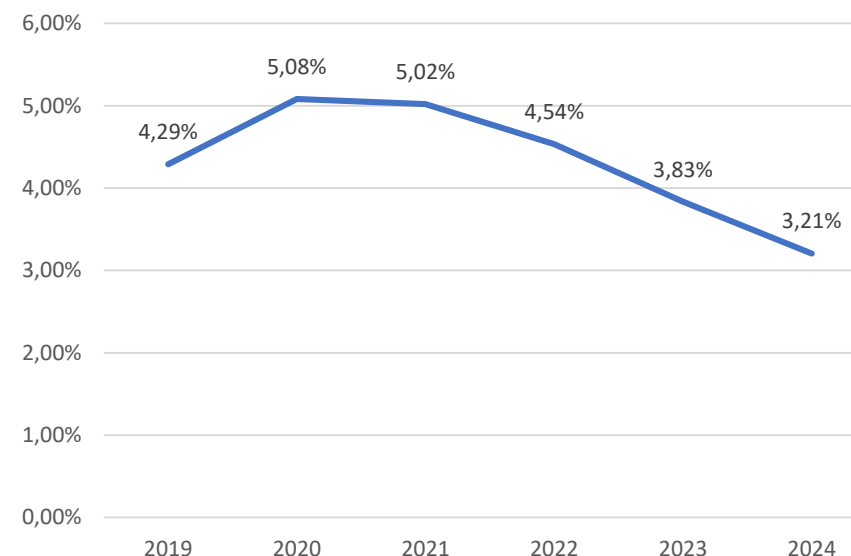
PROFISCO II - FLUXO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA

Além do alto retorno do investimento, o impacto do PROFISCO II no pagamento da dívida é baixo, conforme demonstrado abaixo. Além disso, com as medidas de aumento da arrecadação previstas, o endividamento de Rondônia será reduzido.

Fluxo de pagamento



Taxa de endividamento



Valores nos gráficos apresentados em R\$ milhões.

O PROFISCO II é **imprescindível para administração tributária do Estado de Rondônia**, pois ele é habilitador para três grandes resultados:



Controle da despesa

Sem um robusto sistema de execução financeira o Estado de Rondônia corre o risco de realizar despesas sem haver recursos em caixa.



Controle da receita

Sem a reformulação e integração de seus sistemas de arrecadação e de administração financeira o Estado não terá um controle preciso de suas receitas e terá dificuldades em realizar um planejamento assertivo.



Incremento da arrecadação

E sem o desenvolvimento das áreas de fiscalização, cobrança administrativa e contencioso eleva-se o risco do contribuinte não cumprir com suas obrigações tributárias, deixando de aproveitar o potencial de arrecadação do Estado.